

Contratação de Serviços de Desenvolvimento 6/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2023	153978-MEC/INEP/INST.NAC.DE EST.E PESQ. EDUCAC./DF	JORGE EDUARDO DA COSTA SOARES	09/05/2024 19:47 (v 8.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90058/2022	23036.004601 /2023-84

1. Condições Gerais da Contratação

Contratação de serviços especializados de desenvolvimento de sistema, manutenção e sustentação de sistema, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção e sustentação relacionadas ao ciclo de vida de software, adotando-se práticas ágeis aderentes ao processo de software estabelecido neste Termo de referência, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	CÓDIGO PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (com fator K)	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL (12 meses)
1	Arquiteto de Softwares – Pleno		Perfis Profissionais Alocados - PPA	ARQSOF-01	3	R\$ 23.422,98	R\$ 70.268,94	R\$843.227,28
2	Arquiteto de Softwares – Sênior		Perfis Profissionais Alocados - PPA	ARQSOF-02	7	R\$ 35.083,99	R\$245.587,93	R\$2.947.055,16
3	Desenvolvedor de Software – Pleno		Perfis Profissionais Alocados - PPA	DESENV-02	20	R\$ 20.714,25	R\$414.285,00	R\$4.971.420,00
4	Desenvolvedor de Software – Sênior		Perfis Profissionais Alocados - PPA	DESENV-03	25	R\$ 27.192,53	R\$679.813,25	R\$8.157.759,00
5	Analista de Negócios /Requisitos Pleno		Perfis Profissionais Alocados - PPA	ANR-02	5	R\$ 16.965,26	R\$84.826,30	R\$1.017.915,60

6	Analista de Negócios /Requisitos Sênior	30001	Perfis Profissionais Alocados - PPA	ANR-03	5	R\$ 21.782,18	R\$108.910,90	R\$1.306.930,80
7	Líder Técnico de Desnvolvimento		Perfis Profissionais Alocados - PPA	LDESENV	2	R\$30.849,25	R\$61.698,50	R\$740.382,00
8	Scrum Master		Perfis Profissionais Alocados - PPA	SCRUM	2	R\$22.760,46	R\$45.520,92	R\$546.251,04
9	Gerente de Projetos de Sistemas		Perfis Profissionais Alocados - PPA	GEPRO	8	R\$ 27.062,26	R\$216.498,08	R\$2.597.976,96
10	Analista de Testes /Qualidade – Pleno		Perfis Profissionais Alocados - PPA	ATQ-01	3	R\$ 15.123,76	R\$45.371,28	R\$544.455,36
11	Analista de Testes /Qualidade – Sênior		Perfis Profissionais Alocados - PPA	ATQ-02	4	R\$ 21.497,45	R\$85.989,80	R\$1.031.877,60
TOTAIS					84		R\$2.058.770,90	R\$24.705.250,80

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados anualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) anos, para atender as necessidades do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Os serviços desta contratação são caracterizados como de natureza continuada, conforme estabelecido pela Portaria INEP Nº 367, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, SEI (1226999) uma vez que visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas da autarquia, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de serviços públicos primordiais para atendimento à missão da instituição, tais como os exames e censos da Educação Superior e Básica.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

O objeto será adjudicado pelo menor preço global por grupo, respeitando os valores máximos por item, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2. Descrição da Solução como um todo

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, constante no **Anexo O** deste Termo de Referência.

A solução de TIC consistem em:

Os serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software compreendem o conjunto de atividades executadas com a finalidade de atender às necessidades do Inep por meio da implementação de um novo software, de uma nova funcionalidade ou manutenção de funcionalidades já existentes, em conformidade com o processo de desenvolvimento de software e aplicados os procedimentos necessários à garantia da qualidade do software, previstos nesse Termo de Referência, conforme atividades listadas à seguir:

Aplicação de técnicas de Engenharia de Requisitos com vistas a identificar e especificar requisitos funcionais e não funcionais dos produtos a serem entregues;

Execução de procedimentos de Design / Arquitetura de software com vistas a estabelecer os padrões, tecnologias, formas de organização e de componentização dos recursos a serem utilizados na construção e manutenção dos sistemas;

Implementação dos códigos, componentes e recursos necessários à materialização do produto de software;

Realização de testes funcionais, unitários ou automatizados e de acessibilidade, desde a concepção dos produtos, com vistas a assegurar a qualidade do software;

Realização da homologação dos produtos junto aos clientes, com vistas a certificar-se que o software atende aos requisitos esperados;

Realização da implantação dos produtos junto às áreas de operação e suporte de rede, ou áreas equivalentes de sustentação de software, com o objetivo de assegurar a efetiva entrega do software em ambiente de produção.

Adoção das medidas necessárias para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações a serem tratadas no âmbito da prestação dos serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software.

Adoção das medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, à segurança e à integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações disponibilizadas para prestação dos serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software.

Adoção de práticas de codificação segura, observando os requisitos constantes da seção "Requisitos da contratação" .

Atualizar a documentação de sistemas legados;

Mapear problemas, cenários e soluções dos sistemas em produção;

Atuar de forma direta e ativa na interface com a área de infraestrutura, incluindo dirimir quaisquer dúvidas e apoio necessários ao bom funcionamento dos sistemas em produção;

Apoiar tecnicamente na busca contínua pela melhoria de processos entre as áreas;

Atuar para garantir que os softwares entregues tenham sido testados de acordo com as melhores práticas de mercado e os padrões previstos neste Termo de Referência, apontando as falhas e/ou oportunidades de melhoria nos processos de desenvolvimento e testes, bem como nos produtos resultantes destes processos;

Executar os testes (automáticos ou manuais), de forma complementar aos testes realizados durante o desenvolvimento do sistema, de modo que os produtos recebidos pelo Contratante tenham a máxima qualidade possível;

Planejar a execução de testes de software para modelar e elaborar estratégias de testes;

Executar testes estáticos de segurança de código, provendo, a cada demanda, a descrição das falhas de segurança encontradas;

Atuar na criação e execução de testes de caixa branca, caixa preta, unitário, integração, sistema, usabilidade, regressão, segurança, integridade, configuração, migração, aceitação e desempenho (carga, estresse e estabilidade) nos programas e sistemas, incluindo a preparação de dados, com o objetivo de garantir o perfeito funcionamento dos sistemas;

Garantir o planejamento, gestão e execução dos projetos e sistemas;

A disponibilidade constante de profissionais especializados em tecnologia da informação (TI), sob os pontos de vista quantitativo e qualitativo, é fundamental para que a DTDIE – Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais cumpra seu papel institucional e que, assim, possa desempenhar suas atividades continuadas e viabilizar o atendimento das metas e expectativas estipuladas no Planejamento Estratégico do Inep, bem como em seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

Esta contratação visa suprir a insuficiência do quadro de servidores com conhecimentos técnicos especializados em desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, de responsabilidade da DTDIE e atender o Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, artigo 10, em seu § 7º, que preconiza: ***"para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmensurado da máquina administrativa, a***

Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução".

Além disso, em conformidade com o Decreto nº 9.507, de 21 de Setembro de 2018, que trata da contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autarquias e fundações, combinado com a Portaria nº 443/2018 do Ministério da Economia, estabeleceu-se que os serviços de tecnologia da informação devem ser preferencialmente executados de forma indireta, desde que as categorias funcionais abrangidas não estejam contempladas no Plano de Cargos e Salários da entidade e também para que os serviços não sofram descontinuidade.

Cabe registrar que constantemente, as manutenções de sistemas no Inep, como por exemplo, as correções de erros, as adequações motivadas por alterações supervenientes nas regras de negócio, a criação de novas funcionalidades em virtude do surgimento de novas necessidades, alterações legislativas e organizacionais, entre outras, uma eventual ausência deste serviço implica em risco significativo de a solução de TI em determinado momento não mais suportar adequadamente a missão institucional da organização e, deste modo, se perder o investimento anteriormente realizado em sua construção, ou, ainda, acarretar em funcionalidade provendo serviço incompleto ou incorreto, em virtude, por exemplo, de mudança normativa ulterior à implantação da solução.

Por meio da solução de TIC a ser contratada, objetiva-se seguir processos de trabalho baseados em metodologias ágeis, observando-se as boas práticas de qualidade, no sentido de garantir o adequado gerenciamento, planejamento, desenvolvimento, testes, melhoria contínua e evolução do ciclo de vida de software, e de aperfeiçoar o dimensionamento da força de trabalho e a alocação de recursos nos projetos.

Assim, observando a tendência no âmbito da Administração Pública Federal, o Inep busca realizar a terceirização de algumas atividades mais especializadas e técnicas dos serviços relativos ao ciclo de vida de softwares, de modo a colher benefícios diretos na gestão dos processos de trabalho e com o intuito de aprimorar a governança e melhorar as tomadas de decisão.

Destaca-se que o serviço relativo ao ciclo de vida de softwares, adotando-se metodologias ágeis, implica no uso de indicadores de maior alcance, como avaliação da área de negócio, da produtividade e da qualidade.

Esse modelo propõe uma maneira viável de desenvolvimento de sistemas de informação no Inep, pois implica no uso de forma sistematizada de monitoramento de execução e avaliação da entrega do produto, permitindo maior controle, eficiência e eficácia dos serviços prestados. Os serviços serão apoiados por técnicas de teste e qualidade de software de modo a possibilitar a implantação de um modelo de desenvolvimento ágil de software.

O Inep possui em seu parque tecnológico diversos sistemas que apoiam a execução de políticas públicas voltadas à sociedade. Além dos sistemas legados, que necessitam de manutenção, a autarquia possui em seu Mapa Estratégico e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação, objetivos estratégicos a serem atingidos através da execução de novos projetos de desenvolvimento de soluções, manutenções e sustentação dos sistemas com práticas ágeis.

O serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software integram, no ramo da engenharia de software, o processo de ciclo de vida do desenvolvimento de software, ou seja, um processo contínuo e sistemático de construção e sustentação de software que garante a qualidade e a correção precisa de falhas do software construído. Nesse sentido, a continuidade dos serviços é uma característica inerente ao ciclo de vida do software assegurando a evolução dos requisitos, a disponibilidade e o desempenho das funcionalidades à medida que as necessidades de negócio e os recursos tecnológicos (físicos e lógicos) evoluem.

Cabe ressaltar que o serviço a ser contratado está previsto no Plano Anual de Contratações - PAC do INEP, conforme detalhado no item 3 deste documento, além de alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC 2023/2025, ao Planejamento Estratégico Institucional do INEP e à Estratégia de Governo Digital .

Portanto, os sistemas em operação necessitam, sistematicamente, de manutenções corretivas, evolutivas e/ou adaptativas. Alguns dos referidos sistemas serão considerados novos projetos a cada período definido (anual, bianual ou trianual), em decorrência de evoluções tecnológicas ou atualizações e modificações de normas e legislações que regem os diversos exames, avaliações, censos e processos operacionais e administrativos da gestão pública e da educação. Vale acrescentar que durante os últimos quatro anos, a DTDIE tem prestado seus serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas utilizando-se do contrato 04/2019 (SEI 23036.001165/2017-43) o qual já está no seu último ano e por isso, há necessidade de nova contratação para continuar provendo os sistemas do Órgão.

Quantitativo de bens e serviços que compõem a solução

Grupo	Serviço	Item	Descrição do Perfil	Detalhamento do Perfil	Quantidade máxima estimada
-------	---------	------	---------------------	------------------------	----------------------------

1	Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Sistemas de Informação	1	Arquiteto de Software – Pleno	Atua como responsável por projetar e coordenar a criação de sistemas de software complexos. Desempenham um papel fundamental na definição da estrutura, no design e nas decisões tecnológicas que moldam a arquitetura de um sistema. Analisam as necessidades funcionais e não funcionais, como desempenho, segurança, escalabilidade e confiabilidade, para determinar a melhor abordagem arquitetural.	3
		2	Arquiteto de Software – Sênior		7
		3	Desenvolvedor de Software – Pleno	Atua na codificação, design de componentes, testes unitários, construção de aplicações, implementação e manutenção de software em busca de alta qualidade na aplicação de técnicas, normas e procedimentos atualizados de codificação e construção de software. O desenvolvedor de software busca escrever códigos de alta qualidade para atender as funcionalidades das partes interessadas assegurando otimização de recursos computacionais, segurança e desempenho.	20
		4	Desenvolvedor de Software – Sênior		25
		5	Analista de Negócios /Requisitos Pleno	Atua na identificação, definição e documentação de processos de negócios e de requisitos de software a serem implementados. O analista de negócio busca assegurar uma ligação consistente entre as equipes de negócios e a equipe de desenvolvedores, facilitando a comunicação e auxiliando no aprofundamento do domínio do negócio objeto da implementação. Atua, também, na propositura de funcionalidades e na organização das informações, no comportamento e fluxo do processo da aplicação satisfazendo as necessidades de negócio declaradas e não declaradas	5
		6	Analista de Negócios /Requisitos Sênior		5
		7	Líder Técnico de Desenvolvimento	Atua na organização da entrega contínua dos produtos de software , conduzindo os times de desenvolvedores na aplicação das melhores práticas e técnicas de codificação, observando os padrões de projetos de software e metas a serem alcançadas na execução das sprints .	2
		8	Scrum Master	Atua na facilitação do processo de desenvolvimento ágil de software , orientando as equipes de desenvolvimento, acompanhando, identificando e eliminando impedimentos e promovendo o uso de padrões e melhores práticas ágeis. O scrum master busca garantir o bom funcionamento de processos e atividades ágeis e é responsável por liderar reuniões previstas no processo de desenvolvimento	2
		9	Gerente de Projetos de Sistemas	Atua no projeto com o objetivo de acompanhar o escopo, o custo e o prazo acordados, monitorar os indicadores, obter, seleciona e adquire recursos humanos, financeiros e materiais, coordena as partes interessadas, gerencia conflitos, comunica decisões e resultados, assegura a aplicação da metodologia de gestão de projetos mais coerente e adequada para o contexto do projeto, recebe, avalia e executa solicitações de mudanças, dentre outras.	8
		10	Analista de Testes /Qualidade Pleno	Atua na garantia da entrega de software com alta qualidade, planejando, implementando e automatizando os testes de software e de garantia de qualidade de software. O analista de Teste e Qualidade busca desenvolver planos de teste, criar casos de teste, escrever código de automação de teste e relatar resultados, avaliar a qualidade técnica e funcional dos produtos, identificar riscos e possíveis falhas relacionadas aos códigos e funcionalidades entregues.	3
		11	Analista de Testes /Qualidade Sênior		4

3. Fundamentação e descrição da necessidade

A presente seção contém o registro do quantitativo estimado de serviços necessários para a composição da solução a ser contratada, de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo. Busca-se descrever também os métodos, metodologias e técnicas de estimativas que foram utilizados, nos termos do inciso I do art. 11 da IN. 94/2022 SGD /ME. A demanda foi motivada por meio do Documento de Formalização da Demanda(SEI 1166385), para a realização dos serviços foi identificado a necessidade de criação do serviço abaixo para compor a solução, sendo:

Serviço	Item	Descrição do Perfil	Detalhamento do Perfil	Quantidade máxima estimada
Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Sistemas de Informação	1	Arquiteto de Software – Pleno	Atua como responsável por projetar e coordenar a criação de sistemas de software complexos. Desempenham um papel fundamental na definição da estrutura, no design e nas decisões tecnológicas que moldam a arquitetura de um sistema. Analisam as necessidades funcionais e não funcionais, como desempenho, segurança, escalabilidade e confiabilidade, para determinar a melhor abordagem arquitetural.	3
	2	Arquiteto de Software – Sênior		7
	3	Desenvolvedor de Software – Pleno	Atua na codificação, design de componentes, testes unitários, construção de aplicações, implementação e manutenção de software em busca de alta qualidade na aplicação de técnicas, normas e procedimentos atualizados de codificação e construção de software. O desenvolvedor de software busca escrever códigos de alta qualidade para atender as funcionalidades das partes interessadas assegurando otimização de recursos computacionais, segurança e desempenho.	20
	4	Desenvolvedor de Software – Sênior		25
	5	Analista de Negócios /Requisitos Pleno	Atua na identificação, definição e documentação de processos de negócios e de requisitos de software a serem implementados. O analista de negócio busca assegurar uma ligação consistente entre as equipes de negócios e a equipe de desenvolvedores, facilitando a comunicação e auxiliando no aprofundamento do domínio do negócio objeto da implementação. Atua, também, na propositura de funcionalidades e na organização das informações, no comportamento e fluxo do processo da aplicação satisfazendo as necessidades de negócio declaradas e não declaradas	5
	6	Analista de Negócios /Requisitos Sênior		5
	7	Líder Técnico de Desenvolvimento	Atua na organização da entrega contínua dos produtos de software , conduzindo os times de desenvolvedores na aplicação das melhores práticas e técnicas de codificação, observando os padrões de projetos de software e metas a serem alcançadas na execução das sprints .	2
	8	Scrum Master	Atua na facilitação do processo de desenvolvimento ágil de software , orientando as equipes de desenvolvimento, acompanhando, identificando e eliminando impedimentos e promovendo o uso de padrões e melhores práticas ágeis. O scrum master busca garantir o bom funcionamento de processos e atividades ágeis e é responsável por liderar reuniões previstas no processo de desenvolvimento	2
	9		Atua no projeto com o objetivo de acompanhar o escopo, o custo e o prazo acordados, monitor os indicadores, obtém, seleciona e adquire recursos humanos, financeiros e materiais, coordena as partes interessadas, gerencia conflitos, comunica decisões e resultados, assegura a aplicação	8

		Gerente de Projetos de Sistemas	da metodologia de gestão de projetos mais coerente e adequada para o contexto do projeto, recebe, avalia e executa solicitações de mudanças, dentre outras.	
	10	Analista de Testes /Qualidade - Pleno	Atua na garantia da entrega de software com alta qualidade, planejando, implementando e automatizando os testes de software e de garantia de qualidade de software. O analista de Teste e Qualidade busca desenvolver planos de teste, criar casos de teste, escrever código de automação de teste e relatar resultados, avaliar a qualidade técnica e funcional dos produtos, identificar riscos e possíveis falhas relacionadas aos códigos e funcionalidades entregues.	3
	11	Analista de Testes /Qualidade - Sênior		4

Tabela 1: Estimativa da Demanda

Histórico do Contrato Atual

O Inep possui instrumentos de planejamento que além de serem dinâmicos, possibilitam maior flexibilidade para a construção de projetos de desenvolvimento no âmbito da DTDIE, tais como o Plano Estratégico Institucional(PEI) 2020/2023, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações(PDTIC) 2023-2025, além do alinhamento à Estratégia de Governo Digital 2020-2023 estabelecida pelo Decreto 11.260 de 22 de novembro de 2022. As soluções listadas na **tabela 2** abaixo estão em ambiente produtivo do Inep e requerem maior flexibilidade nas evoluções e/ou manutenções corretivas para alcance dos objetivos e das metas estabelecidas pela autarquia.

Para o acompanhamento das demandas de sistemas existentes no Inep constantes na tabela 2 abaixo, a DTDIE utiliza a ferramenta *Redmine* que possibilita a Gestão de Projetos e Demandas. A referida ferramenta está disponível em ambiente interno do Inep para que áreas de negócios possam interagir com a DTDIE e posteriormente gerar ações de desenvolvimento, manutenção e/ou sustentação de sistemas. Vale destacar que os projetos quando priorizados passam pela análise prévia do Comitê de Governança Institucional, instituído pela Portaria n.º 899, de 23 de outubro de 2019.

Em complemento, durante o período de 2023, mais de 500(quinhetas) demandas no redmine foram registradas e encontram-se na situação de abertas dentre manutenções evolutivas, corretivas e adaptativas que estão no backlog aguardando disponibilidade de equipe para serem priorizadas e/ou analisadas. Cabe acrescentar que após registro das demandas na referida ferramenta, são abertas ordens de serviço por projeto e por natureza de atividade, através do Painel CGSI, sistema interno do Inep, que contém todo o fluxo de aprovação de todos os atores envolvidos, desde o fiscal requisitante até o Gestor do Contrato.

Baseado no referido painel que realiza o controle de ordens de serviço para atendimento ao contrato 04/2019(SEI 23036.001165 /2017-43), foi realizado um levantamento com base no histórico de consumo dos serviços desenvolvimento de sistemas nos últimos 5(cinco) anos, atendidos por meio do referido contrato, conforme **tabela 2** abaixo, utilizando-se a Unidade de Serviço Técnico(UST). Vale salientar que o referido contrato estima uma quantidade máxima de consumo de até **228.540** (duzentos e vinte e oito mil e quinhentos e quarenta) UST's/ano.

QUANTIDADE DE UST'S POR ANO

Mês	Qtd. de USTs				
	2019	2020	2021	2022	2023
Janeiro	0	7.191,71	9.113,86	5.994,86	4.984,95
Fevereiro	0	7.912,55	4.340,05	5.173,89	5.059,33
Março	179,87	7.915,32	5.240,59	7.353,48	5.465,34

Abril	2.951,46	8.811,29	3.639,35	4.950,34	6.588,94
Maio	3.948,18	10.003,04	12.980,64	7.142,39	5.813,11
Junho	5.384,28	9.246,23	7.509,98	5.806,79	8.049,51
Julho	5.408,04	9.168,02	7.417,52	10.405,74	8.611,38
Agosto	4.454,02	7.346,34	7.998,63	5.461,07	6.122,03
Setembro	4.471,12	9.154,63	8.042,72	4.326,46	9.658,95
Outubro	5.234,79	7.906,17	6.131,52	5.565,58	6.353,92
Novembro	7.657,25	7.719,04	5.577,84	5.812,47	5.840,93
Dezembro	8.226,98	7.429,44	7.913,34	4.280,12	0
Total	47.915,99	99.803,78	85.906,04	72.273,19	72.548,39

Tabela 2: Quantidade de UST's consumidas por ano

Dessa forma, a formação das equipes atuais para acompanhar as ordens de serviço é feita por meio da formação de 5(cinco) células de negócio, conforme detalhadas abaixo com os perfis da contratada envolvidos e servidores do Inep:

Células de Negócio

- Censo Superior
 - 1 Servidor da DTDIE;
 - 7 Servidores da área de negócio;
 - 1 Gerente de Sistemas
 - 2 Desenvolvedores;
 - 1 Analista de qualidade
 - 1 Analista de Negócio;
- Censo Básico
 - 2 Servidores da DTDIE;
 - 9 Servidores da área de negócio;
 - 1 Gerente de Sistemas
 - 2 Desenvolvedores;
 - 1 Analista de qualidade
 - 1 Analista de Negócio;
- Educação Superior

- 5 Servidores da DTDIE;
- 8 Servidor da área de negócio;
- 1 Gerente de Sistemas
- 8 Desenvolvedores;
- 2 Analista de qualidade
- 3 Analista de Negócio;
- Educação Básica
 - 4 Servidor da DTDIE;
 - 18 Servidor da área de negócio;
 - 1 Gerente de Sistemas
 - 2 Desenvolvedores;
 - 1 Analista de qualidade
 - 1 Analista de Negócio;
- Sistemas Administrativos
 - 2 Servidor da DTDIE;
 - 8 Servidor da área de negócio;
 - 1 Gerente de Sistemas;
 - 2 Desenvolvedores (compartilhado com outra célula);
 - 1 Analista de qualidade(compartilhado com outra célula);
 - 1 Analista de Negócio(compartilhado com outra célula);

Como podemos visualizar na tabela 2 acima, a apuração realizada no painel CGSIS até novembro de 2023, pode-se obter a média mensal de 6.637,94 UST durante os 57 meses de contrato. Dessa forma, de acordo com a média durante os 57 meses, obtém-se a expectativa anual de aproximadamente 79.655,00(setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco) UST/ano. Além disso, o histórico extraído do Painel da CGSI e o que estabelece o limite máximo conforme Termo de Referência do Contrato 04/2019, a produtividade estimada é de 7,0 USTs por dia e por funcionário. Com base nesses dados, a previsão mínima considerando a média atual é de aproximadamente 31(trinta e um) profissionais e a máxima de aproximadamente 90(*noventa*) *profissionais* para atendimento aos serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas. Ressaltamos porém, que essa quantidade mínima utilizada no atual contrato é muito limitada em virtude dos projetos, evoluções e ou (re)desenvolvimentos previstos para os próximos anos.

Entretanto, conforme colocado acima, durante os anos de execução do contrato, o Inep não atingiu a capacidade máxima que o contrato dispõe, mas cabe destacar que a pandemia da COVID-19 proporcionou uma nova realidade com novos desafios para a área de Tecnologia da Informação, *trazendo uma alta escassez de profissionais, desequilíbrio entre oferta de trabalho e talentos experientes disponíveis* para compor a equipe da DTDIE. Tal cenário acabou por gerar uma dificuldade no atendimento das demandas fazendo com que diversas iniciativas e melhorias fossem despriorizadas pela indisponibilidade de profissionais.

Dessa forma, a expansão das ações de desenvolvimento de sistemas tendem a aumentar nos próximos anos, em virtude dos desafios que impactam a área de Educação do Brasil e especificamente ao Inep que tem papel importante. Tais ações envolvem soluções listadas na seção 2, destacando o desenvolvimento do novo **Sistema do Banco Nacional de Itens(BNI)** que fornece insumos para as diversas avaliações e exames desenvolvidos pelo Inep, assegurando acesso a itens de qualidade, elaborados e revisados para cada instrumento de medição, seja prova, seja questionário. O BNI é essencial para a elaboração e a aplicação das avaliações nacionais em larga escala da educação, que se distinguem das avaliações internas por não serem feitas pelo professor ou pela própria instituição de ensino para avaliar e propor alternativas no âmbito da sala de aula ou da instituição.

Para compor o dimensionamento, a equipe de planejamento da contratação levou em consideração:

- Quantitativo de servidores lotados na DTDIE para acompanhamento dos projetos e fiscalização contratual, que atualmente possui 18 servidores em toda a DTDIE, conforme SEI nº 1280991;
- Quantitativo de servidores da área requisitante que são indicados para atuação como fiscal requisitantes e dono do produto, conforme SEI nº 1271843, que atualmente possui 80 servidores indicados pelas diretorias do INEP;
- Expectativa de novos projetos priorizados pelo Comitê de Governança Institucional, como por exemplo: o novo ENEM, ENADE e BNI;
- Evoluções na Arquitetura de referência utilizada pelo INEP;
- Disponibilidade orçamentária e financeira;
- Quantitativo de perfis profissionais da contratada disponíveis no atual contrato 04/2019, conforme listados abaixo e constantes no item 4.20.8 do Termo de Referência:
 - Analista de Negócio;
 - Gerente de Sistemas;
 - Consultor de Projetos;
 - Desenvolvedores (Full Stack);
 - Designer;
 - Analista de Qualidade;
 - Arquiteto ;
 - Desenvolvedor Phyton;
 - Desenvolvedor .Net;
 - Testador de Software;
 - Analista de Gestão de Mudança;
 - Desenvolvedor Front-End.
- Histórico atual da fábrica de software, conforme consumo de serviços em UST's distribuídos nas tabelas 3 a 8 abaixo, que envolvem:
 - Serviços de Arquitetura - Tabela 3;
 - Desenvolvimento de novos projetos, analista de testes - Tabela 4 ;
 - Manutenção Pontual (Corretivas/Adaptativas) - Tabela 5;
 - Escritório de Projetos (Acompanhamento de Projetos) - Tabela 6;
 - Manutenção Evolutiva(Evoluções constante de projetos que envolvem os principais Censos e Exames do Educação Básica e Superior)- Tabela 7; e
 - Necessidade de Levantamento de Requisitos - Tabela 8.

QUANTIDADE DE UST'S PARA O SERVIÇO DE ARQUITETURA

Mês	Arquitetura - Qtd. de USTs				
	2019	2020	2021	2022	2023

Janeiro	0	2.001,20	1.126,00	236,50	38,50
Fevereiro	0	2.443,80	0	156,20	78,90
Março	9,37	2.306,90	551,40	370,80	266,70
Abril	0	2.418,70	98,80	174,80	237,50
Maio	0	2.526,50	2.313,50	237,20	345,30
Junho	208,00	1.791,80	929,00	192,40	122,30
Julho	0	1.351,70	222,60	459,00	391,20
Agosto	4,00	1.022,80	986,00	240,40	223,30
Setembro	12,00	1.167,10	758,60	416,10	1.019,50
Outubro	239,70	1.225,70	100,00	382,00	385,90
Novembro	1.576,30	891,10	215,90	290,80	587,20
Dezembro	2.116,40	1.185,30	244,50	556,70	0
Total	4.165,77	20.332,60	7.546,30	3.712,90	3.696,30

Tabela 3: Serviço de Desenvolvimento

QUANTIDADE DE UST'S PARA O SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO

Mês	Desenvolvimento - Qtd. de USTs				
	2019	2020	2021	2022	2023
Janeiro	0	2.576,74	3.905,17	1.491,40	1.236,02
Fevereiro	0	3.351,55	2.141,59	791,06	1.488,45
Março	152,76	3.789,60	1.527,20	3.154,28	1.670,07
Abril	958,41	3.705,34	339,76	1.639,13	1.822,80
Maio	497,73	5.501,63	6.361,13	2.599,04	1.256,54

Junho	356,35	5.269,76	3.804,41	492,58	1.980,81
Julho	904,77	4.120,65	2.443,47	4.067,50	4.031,11
Agosto	600,27	3.666,25	2.644,86	1.477,96	2.151,88
Setembro	1.863,01	4.554,96	1.410,74	1.313,80	3.443,10
Outubro	2.580,89	4.079,02	992,74	1.660,81	1.866,08
Novembro	3.058,23	2.270,52	908,00	1.474,22	2.107,84
Dezembro	3.818,34	2.976,92	1.936,67	905,40	0
Total	14.790,76	45.862,94	28.415,74	21.067,18	23.054,70

Tabela 4: Serviço de Desenvolvimento

QUANTIDADE DE UST'S PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PONTUAL

Mês	Manutenção Pontual - Qtd. de USTs				
	2019	2020	2021	2022	2023
Janeiro	0	2.159,66	3.551,14	1.118,33	2.962,36
Fevereiro	0	1.218,93	1.309,94	2.066,13	2.033,14
Março	17,74	1.240,64	3.149,67	972,46	1.334,98
Abril	741,81	1.720,05	2.705,53	773,25	1.492,23
Maio	1.698,13	632,95	1.466,30	243,45	1.333,57
Junho	3.993,46	195,65	492,75	328,94	2.011,89
Julho	3.001,16	2.185,65	2.613,02	2.204,62	1.405,60
Agosto	2.578,81	1.868,65	1.683,72	606,01	755,81
Setembro	1.480,90	885,45	2.848,26	981,08	2.173,98

Outubro	1.367,27	801,49	3.203,28	1.013,24	643,08
Novembro	1.758,27	3.667,42	2.197,01	1.654,34	872,79
Dezembro	1.775,73	2.079,46	2.640,16	414,11	0
Total	18.413,28	18.656,00	27.860,78	12.375,96	17.019,43

Tabela 5: Serviço de Manutenção Pontual

QUANTIDADE DE UST'S PARA O ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Mês	Escritório de Projetos - Qtd. de USTs				
	2019	2020	2021	2022	2023
Janeiro	0	119,00	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	42,00	0
Março	0	0	0	42,00	0
Abril	0	0	0	42,00	75,00
Maio	135,10	0	0	10,80	44,70
Junho	267,90	42,00	0	42,40	75,00
Julho	69,00	0	0	0	66,40
Agosto	25,30	0	0	0	66,40
Setembro	139,70	0	0	0	41,30
Outubro	89,10	0	81,00	0	131,70
Novembro	0	0	0	0	99,60
Dezembro	0	0	84,00	0	0
Total	726,10	161	165	179,20	600,10

Tabela 6: Serviço de Escritório de Projetos

QUANTIDADE DE UST'S PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EVOLUTIVA

Mês	Manutenção Evolutiva - Qtd. de USTs				
	2019	2020	2021	2022	2023
Janeiro	0	130,08	0	2.494,78	321,32
Fevereiro	0	788,16	851,77	1.692,90	1.329,64
Março	0	200,36	0	1.857,24	1.850,54
Abril	1.251,24	680,46	85,76	2.073,76	2.556,36
Maiο	1.617,22	741,54	1.924,56	3.596,25	2.600,05
Junho	558,57	1.791,02	2.283,82	4.277,62	3.520,16
Julho	1.433,11	1.041,34	1.695,88	2.949,06	2.401,52
Agosto	1.245,64	486,90	2.457,61	2.531,48	2.232,64
Setembro	975,51	2.019,12	2.767,95	1.339,28	2.591,37
Outubro	957,83	715,71	1.603,95	2.229,88	2.973,46
Novembro	1.172,40	320,90	1.915,33	1.971,52	1.856,00
Dezembro	511,31	732,16	2.170,46	1.807,81	0
Total	9.722,83	9.647,75	17.757,09	28.821,58	24.233,06

Tabela 7: Serviço de Manutenção Evolutiva

QUANTIDADE DE UST'S PARA O SERVIÇO DE REQUISITOS

Mês	Requisitos - Qtd. de USTs				
	2019	2020	2021	2022	2023

Janeiro	0	205,03	531,55	653,85	426,75
Fevereiro	0	110,11	36,75	425,60	129,20
Março	0	377,82	12,32	956,70	343,05
Abril	0	286,74	409,50	247,40	405,05
Maiο	0	600,42	915,15	455,65	232,95
Junho	0	156,00	0	472,85	339,35
Julho	0	468,68	442,55	725,56	315,55
Agosto	0	301,74	226,44	605,22	692,00
Setembro	0	528,00	257,17	276,20	389,70
Outubro	0	1.084,25	150,55	279,65	353,70
Novembro	92,05	569,10	341,60	421,59	317,50
Dezembro	5,20	455,60	837,55	596,10	0
Total	97,25	5.143,49	4.161,13	6.116,37	3.944,80

Tabela 8: Serviço de Requisitos

Além disso, cabe destacar que atualmente a estrutura que trata de sistemas na DTDIE dispõe de uma distribuição de equipe conforme listados abaixo:

- 18(dezoito) servidores lotados na DTDIE indicados como fiscais técnicos no atual contrato, conforme SEI nº 1280991;
- 80(oitenta) servidores indicados como fiscais requisitantes e donos do produto no atual Contrato 04/2019(SEI nº 1271843);
- 04(quatro) terceirizados alocadas (Contrato Administrativo do INEP) entre as coordenações para apoiar no acompanhamento das demandas de sistemas, conforme solicitado por meio do SEI nº 1263029.

Cabe complementar que os desafios relacionados às demandas de sistema e que envolvem exames e censos da DTDIE, possuem fases e etapas diversas durante todo o decorrer do ano, além de demandarem uma dedicação especial em virtude do público, política pública envolvida e importância que o exame e/ou censo necessita para uma entrega adequada do serviço ao cidadão brasileiro. A tabela abaixo representa as soluções do Inep que estão em ambiente de produção a serem sustentados.

Identificação do Sistema ou Solução	Tecnologia	Banco de Dados	Criticidade
Censo da Educação Superior	Java	Oracle	Crítico

Censo da Educação Básica (Legado)	Java	Oracle	Crítico
Censo da Educação Básica (Novo)	Java	Oracle	Crítico
Exame Nacional dos Estudantes	Java	Oracle	Crítico
Exame Nacional do Ensino Médio	Java	Oracle	Crítico
Sistema Auxílio Avaliação Educacional	Java	Oracle	Crítico
Sistema de Gestão de Patrimônio	Java	Oracle	Convencional
ARCU-SUL	PHP	Oracle	Convencional
Banco Nacional de Itens	Java	Oracle	Crítico
Thesaurus Brasileiro da Educação	Java	Oracle	Convencional
Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros	PHP	Oracle	Crítico
Sistema Corporativo	PHP	Oracle	Crítico
Declaração do Imposto Retido na Fonte	Java	Oracle	Convencional
Sistema Educacenso	Java	Oracle	Crítico
Sistema Eletrônico do MEC	PHP	Oracle	Crítico
Exame Nacional de Desempenho de Estudantes	Java	Oracle	Crítico
Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos	Java	Oracle	Crítico
Sistema de Exames para Pessoas Privadas de Liberdade	Java	Oracle	Crítico
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Resultados e Metas 2005 a 2013	Java	Oracle	Convencional
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Escola	Java	Oracle	Convencional
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Legado	Java	Oracle	Convencional
Sistema de Consulta ao Acervo Histórico do Cibec	Java	Oracle	Convencional
Rcursos Humanos - Módulo Avaliação de Desempenho	Java	Oracle	Convencional

Sistema Laboratório de Experiências - Novo	Java	Oracle	Convencional
Sistema de Mapeamento e Acompanhamento de Processos Administrativos	PHP	Oracle	Crítico
PAINEL CGSI	PHP	Oracle	Crítico
Sistema Pesquisa Dirigentes Educacionais	Java	Oracle	Convencional
Programa Internacional de Avaliação de Alunos	Java	Oracle	Convencional
Avaliação da Alfabetização Infantil – Provinha Brasil Novo	Java	Oracle	Crítico
Sistema Prêmio Inovação	PHP	Oracle	Convencional
Sistema de Publicações v2	Java	Oracle	Convencional
Sistema RedMine	Java	Oracle	Convencional
Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos	Java	Oracle	Crítico
Rede Nacional de Certificadores	Java	Oracle	Crítico
Sistema de Validação Automatizada de Arquivo - Enade	PHP	Oracle	Crítico
Sistema de Monitoramento de Rotas	Java	Oracle	Crítico
Sistema de Avaliação da Educação Básica	Java	Oracle	Crítico
Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas	Java	Oracle	Convencional
Sistema de Dados Protegidos	Java	Oracle	Convencional
Sistema de Gestão da Aplicação - Modulo Aplicação - substituído pelo ROBO_SIGAP	Java	Oracle	Convencional
Sistema de Gestão de Pagamento	Java	Oracle	Convencional
Sistema de Controle e Acompanhamento de Solicitação de Pagamento	Java	Oracle	Convencional
Eventos Inep	Java	Oracle	Convencional
SISDEC	Java	Oracle	Convencional
Sistema de Controle de Veículos	Java	Oracle	Convencional

Sistema de Questionários do Inep	Java	Oracle	Convencional
Sistema de Segurança do Inep	Java	Oracle	Crítico
Sistema de Dados Protegidos	Java	Oracle	Convencional
Prêmio CAPES	PHP	Oracle	Convencional
Comissão Técnica Acompanhamento de Avaliação	PHP	Oracle	Crítico
Banco Nacional de Itens	Java	Oracle	Crítico
Avaliação Virtual	Java	Oracle	Crítico

Tabela 9: Lista de Soluções do Inep

No contexto de mudanças nos sistemas do Inep, eventual ausência deste serviço implica em risco significativo da solução de TI em determinado momento não mais suportar adequadamente o processo de trabalho da organização e, deste modo, se perder o investimento anteriormente realizado em sua construção, ou, ainda, acarretar funcionalidade com serviço incompleto ou incorreto, em virtude, por exemplo, de mudança normativa ulterior à implantação da solução.

Cabe destacar também que na tabela 9 acima, alguns sistemas são considerados como críticos em virtude de demandas com necessidade de suporte aos finais de semana que ocorrem em função das aplicações dos exames, como por exemplo: Enem, Revalida, Enade, Censo Superior, Censo Básico, Encceja, etc. Tal criticidade requer a disponibilidade em regime de plantão de profissionais que atuam nos respectivos projetos para responder a qualquer intempestividade.

Vale destacar que na execução de todos os exames, as áreas negociais planejam o acompanhamento do projeto e todas as ações necessárias para que um determinado exame ocorram sem intercorrências e nesse sentido, há um planejamento feito por meio de uma ETIR - Equipe de tratamento de Incidente e Riscos (Plano de Ação ENEM(SEI 1267065), Plano de Ação ENADE (SEI 1275270, Plano de Ação Encceja (SEI 1220851), Plano de Ação Revalida (1109248, 1164420, 1218356, 1284366) e Plano de Ação Prêmio Capes Talento Universitário (SEI 1125391)) para que aos finais de semana de ocorrência do exame, tenhamos todos os envolvidos à disposição, a fim de que o atendimento ao cidadão ocorra de forma rápida para que não haja quaisquer tipo de prejuízo. Além disso, costumeiramente o Inep divulga, por meio de portaria, as datas previstas em que ocorrerão tais atividades, conforme listados a seguir:

- Publicação Edital ENEM - EDITAL N° 30, DE 5 DE MAIO DE 2023 (SEI 1257180)
- Publicação Edital ENADE - EDITAL N° 37, DE 25 DE MAIO DE 2023 (SEI 1265381)
- Publicação Edital Revalida 2ª etapa do Revalida 2023/2 - EDITAL EDITAL N° 73, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023 (SEI 1276034)
- Publicação Edital ENCCEJA - EDITAL N° 19, DE 13 DE MARÇO DE 2023 (SEI 1217211)
- Publicação Edital Revalida 2ª etapa do Revalida 2023/1 - EDITAL N° 28, DE 28 DE ABRIL DE 2023 (SEI 1160363)

Tal previsão proporcionará, mesmo que posteriormente as datas sejam repactuadas, que a contratada planeje-se para disponibilizar os perfis sem prejuízo para a autarquia. Em virtude dessa necessidade de alocação de perfis profissionais em finais de semana planejados e a depender do sistema, sugere-se que a contratada indique para atuação e/ou acompanhamento nos plantões, os quantitativos de perfil profissional abaixo. Cabe complementar que em média, a quantidade de finais de semana que o Inep necessita desses perfis é em torno de **9(nove) finais de semana**, por ano.

- Arquiteto de Software - Até 1 perfis disponíveis;
- Desenvolver - Até 3 perfis disponíveis;

- Analista de Testes/Qualidade - Até 1 perfil disponível;
- Gerente de Projetos - Até 1 perfil disponível;

Cabe destacar que o quantitativo acima foi baseado no histórico de indicações realizadas pela contratada mediante solicitação por parte da DTDIE, durante o período de janeiro/2022 até novembro/2023, conforme detalhado abaixo:

- Ano de 2023
 - ENADE 2023 nos dias 25 e 26 de novembro (SEI 1285195) - 2 desenvolvedores e 1 gerente de projetos;
 - ENEM 2023 nos dias 04, 05 e 11, 12 de novembro de 2023 (SEI 1276576 e 1271890) - 2 desenvolvedores;
 - ENCCEJA 2023 nos dias 26 e 27 de agosto (SEI 1231912) - 1 desenvolvedor e 1 gerente de projetos;
 - REVALIDA 2023 nos dias 05 e 06 de agosto (SEI 1218843) - 2 desenvolvedores e 1 gerente de projetos;
 - REVALIDA 2023 nos dias 24 e 25 de junho (SEI 1185928) - 2 desenvolvedores e 1 gerente de projetos;
 - REVALIDA 2023 nos dias 04 e 05 de março (SEI 1112886) - 2 desenvolvedores e 1 gerente de projetos;
 - Prêmio Capes Talento Universitário 2023 no dia 26 de março (SEI 1132886) - 1 gerente de projetos;
- Ano de 2022
 - REVALIDA 2022 nos dias 03 e 04 de dezembro (SEI 1054788) - 1 desenvolvedor e 1 gerente de projetos;
 - ENADE 2022 nos dias 26 e 27 de novembro (SEI 1051194) - 1 desenvolvedor e 1 gerente de projetos;
 - ENEM 2022 nos dias 12, 13, 19 e 20 de novembro (SEI 1043207) - 3 desenvolvedores e 1 gerente de projetos;
 - Demandas Censo Básico 06 de setembro (SEI 1004895) - 1 desenvolvedor e 1 gerente de projetos;
 - Demandas Censo Básico 21 de maio (SEI 0925967) - 1 desenvolvedor;
 - Demandas Censo Básico 14 de maio (SEI 0920173) - 1 desenvolvedor;
 - REVALIDA 2022 no dia 13 de março (SEI 0881724) - 2 desenvolvedores, 1 analista de negócios e 1 gerente de projetos;
 - REVALIDA 2022 no dia 06 de março (SEI 0877985) - 2 desenvolvedores, 1 analista de negócios e 1 gerente de projetos;
 - SISTEMA BNI 05 a 07 de fevereiro de 2022 (SEI 0858373) - 3 arquitetos, 1 desenvolvedor e 1 gerente de projetos;
 - SISTEMA BNI 23 a 28 de janeiro de 2022 (SEI 0847166) - 3 arquitetos, 1 desenvolvedor e 1 gerente de projetos;
 - Enem PPL nos dias 15 e 16 de janeiro de 2022 (SEI 0840881) - 1 arquiteto, 2 desenvolvedores, 1 Analista de Qualidade e 1 gerente de projetos;
 - Enem Reaplicação 08 e 09 de janeiro de 2022 (SEI 0833768) - 1 arquiteto, 2 desenvolvedores, 1 Analista de Qualidade e 1 gerente de projetos.

Além desses fins de semana onde há a aplicação dos exames com monitoramento ostensivo por parte dos Servidores do INEP e seus contratados, existem vários outros MARCOS com datas e períodos críticos conforme cronograma consolidado na imagem abaixo - SEI 0825943, onde, geralmente ocorrem entregas por parte da Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais - DTDIE.

Nesses períodos a DTDIE opera em regime de sobreaviso e por muitas vezes acaba sendo acionada por alguma intercorrência relacionada aos sistemas de cada exame e/ou aplicação. Dessa maneira ocorre o acionamento da Fábrica para tratar situações de emergência das equipes fora do horário comercial. Cabe ressaltar que tais acionamentos ocorrem de forma pontual não necessitando disponibilidade de 24x7 das equipes envolvidas.

Além da previsibilidade informada anteriormente para as datas especificamente da aplicação dos exames que ocorrem nos fins de semana e conforme os MARCOS elencados na figura abaixo, os exames do INEP são compreendidos anualmente, também, pelas etapas de INSCRIÇÕES, ENSALAMENTO e RESULTADO. Durante esses grandes MARCOS as equipes de cada projeto também poderão, excepcionalmente, serem acionadas para atendimentos emergenciais conforme criticidade da situação. Novamente cabe ressaltar que não se trata de disponibilidade 24x7, entretanto poderá haver algum tipo de acionamento fora do horário comercial. Considerando os exames, avaliações e demais sistemas e serviços envolvidos, estima-se uma média de 10 dias para tratamento de demandas emergenciais/excepcionais para cada exame, totalizando uma estimativa média de acionamento de 90 dias por ano.

Para estes atendimentos emergenciais e excepcionais poderão ser acionados os seguintes perfis, que são:

- Arquiteto de Software - Até 2 perfis disponíveis;
- Desenvolver - Até 4 perfis disponíveis;
- Gerente de Projetos - Até 1 perfil disponível;

Tendo em vista as aplicações e exames terem fronteira direta com o cidadão, e envolverem MARCOS normativos estabelecidos em Editais, com prazos para cumprimento de ações que são executadas pelos estudantes, não há como permitir que seus sistemas de inscrições fiquem inoperantes ou defeituosos a ponto de prejudicar a isonomia entre aqueles que gostariam de participar da Política Pública.

Necessário informar que, embora, o cronograma seja exemplificativo, muitos exames e MARCOS para cada exame acabam ocorrendo concomitantemente e que além dos sistemas principais há diversos sistemas acessórios e complementares que são necessários para execução da política pública e que se estiverem indisponíveis as equipes responsáveis são acionadas pontualmente para investigação e resolução dos problemas.

		ENCCEJA	REVALIDA 1ª ETAPA	REVALIDA 2ª ETAPA	ENCCEJA PPL	SAEB	ENADE	ENEM	CELPE BRAS	ENEM PPL
ETAPAS	PROCESSOS	Dias	Dias	Dias	Dias	Dias	Dias	Dias	Dias	Dias
INSCRIÇÕES	SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO OU JUSTIFICAR AUSÊNCIA	7						12		1
	INSCRIÇÕES	15	12	5	12		44	15	12	15
	PAGAMENTO TAXA DE INSCRIÇÃO		17	10				20	17	1
ENSALAMENTO	ENVIO DE ARQUIVOS N'S	1	1	3	1	1	1	2	1	1
	ENSALAMENTO	32	15	11		61	31	32		2
	TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS PARA TESTES E FINAIS (N02)	4	1	1	26	44	19	45		18
	DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVAS	1	1	1			1	1		1
APLICAÇÃO	APLICAR PROVAS	1	1	2	2	33	1	2	1	2
RESULTADOS	DIVULGAR RESULTADO FINAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Dessa forma, abaixo encontra-se a lista de sistemas da autarquia, com as estimativas de pontos de função. Cabe destacar que não se trata de lista exaustiva, visto que os existem variáveis que interferem em uma necessidade de revisão contínua tais como: mudanças de normativos com inclusão e/ou exclusão de fases de exames e/ou censos da Educação Superior e Básica; redesenvolvimento de sistemas com tecnologia defasada e de difícil sustentação e/ou manutenção; inclusão de critérios de segurança mais robustos em função da criticidade da soluções existentes e etc.

Na tabela 10 abaixo, foi estimado o quantitativo de pontos de função das soluções sustentadas pela DTDIE utilizando os critérios abaixo:

- Para as funções transacionais indicados na tabela abaixo, buscou-se a lista de requisitos de cada projeto registrado no Sistema Paineis da CGSI; e
- Para as funções de dados indicados na tabela abaixo, estimou-se 30% em relação às funções transacionais.

Sigla	Identificação do Sistema ou Solução	Iniciativa PDTIC	Tecnologia	Banco de Dados	Quantidade de Funções Transacionais (FT)	Quantidade de Funções de Dados (Arquivos Lógicos) (FD=FT*0,3)	Tamanho Estimado da Aplicação em Pontos de Função Simplificado (VE = (FT*4,6 + FD*7))	Justificativa / Memória de cálculo
-------	-------------------------------------	------------------	------------	----------------	--	---	---	------------------------------------

CENSUP	Censo da Educação Superior	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PYTHON	ORACLE	350	105	2345	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
CENSUP	Censo da Educação Superior	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	MongoDB	432	129,6	2894,4	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
EDUCACENSO	Censo da Educação Básica (Legado)	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do	JAVA	ORACLE	491	147,3	3289,7	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente

		processo de gestão de pessoas.						servir de base para estimar a medição em pontos de função
ENADE	Exame Nacional dos Estudantes	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	497	149,1	3329,9	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 + FD * 7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	MongoDB	594	178,2	3979,8	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 + FD * 7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
AAE	Sistema Auxílio Avaliação Educacional	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos.	JAVA	ORACLE	11	3,3	73,7	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 +$

		N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.						FD*7), utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
ÁGORA	Sistema de Gestão de Patrimônio	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	128	38,4	857,6	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 + FD * 7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
ARCU-SUL BIPE	ARCU-SUL	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PHP	ORACLE	138	41,4	924,6	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 + FD * 7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
BNI	Banco Nacional de Itens	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação	JAVA	ORACLE	168	50,4	1125,6	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções

		digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.						transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
BRASED	Thesaurus Brasileiro da Educação	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	69	20,7	462,3	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
CELPE-BRAS	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PHP	ORACLE	165	49,5	1105,5	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
		N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 –						Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados

CORPORATIVO	Sistema Corporativo	Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PHP	ORACLE	535	160,5	3584,5	(arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
DIRF	Declaração do Imposto Retido na Fonte	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	4	1,2	26,8	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
E-MEC	Sistema Eletrônico do MEC	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PHP	ORACLE	220	66	1474	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
		N3 – Ampliação da produtividade e da						Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de

ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos	capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	277	83,1	1855,9	requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
IDEB LEGADO	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Legado	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	20	6	134	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
INEP RH	Recursos Humanos - Módulo Avaliação de Desempenho	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	29	8,7	194,3	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
								Para as funções transacionais, o INEP

LABORATÓRIO DE EXPERIÊNCIAS - NOVO	Sistema Laboratório de Experiências - Novo	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	35	10,5	234,5	buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
MAPA WEB (NOVO)	Sistema de Mapeamento e Acompanhamento de Processos Administrativos	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PHP	ORACLE	57	17,1	381,9	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
PAINEL CGSI	PAINEL CGSI	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PHP	ORACLE	244	73,2	1634,8	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função

PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	45	13,5	301,5	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
PROVINHA BRASIL NOVO	Avaliação da Alfabetização Infantil – Provinha Brasil Novo	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	60	18	402	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
PREMIO INOVAÇÃO 2013	Sistema Prêmio Inovação	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do	PHP	ORACLE	55	16,5	368,5	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente

		processo de gestão de pessoas.						servir de base para estimar a medição em pontos de função
REVALIDA	Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	287	86,1	1922,9	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 + FD * 7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
RNC	Rede Nacional de Certificadores	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	346	103,8	2318,2	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 + FD * 7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
ROBÔ	Sistema de Validação Automatizada de Arquivo	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos.	PHP	ORACLE	1324	397,2	8870,8	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 +$

		N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.						FD*7), utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
ROTAS	Sistema de Monitoramento de Rotas	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	45	13,5	301,5	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 + FD * 7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	190	57	1273	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT * 4,6 + FD * 7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
SIDAP	Sistema de Dados Protegidos	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação	JAVA	ORACLE	51	15,3	341,7	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções

		digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.						transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
SIGAP	Sistema de Gestão da Aplicação - Modulo Aplicação - substituído pelo ROBO_SIGAP	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	32	9,6	214,4	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
SIGPAG	Sistema de Gestão de Pagamento	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	6	1,8	40,2	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
		N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 –						Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados

SYSPAG	Sistema de Controle de Solicitações de Pagamento	Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	179	53,7	1199,3	(arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
INEP EVENTOS	Eventos Inep	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	1	0,3	6,7	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
SICOV	Sistema de Controle de Veículos	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	1	0,3	6,7	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
		N3 – Ampliação da produtividade e da						Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de

SQI	Sistema de Questionários do Inep	capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	32	9,6	214,4	requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
SSO	Single Sign On - SSO RH	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	23	6,9	154,1	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
Premio CAPES	Prêmio CAPES	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PHP	ORACLE	55	16,5	368,5	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
								Para as funções transacionais, o INEP

Novo CTAA	Comissão Técnica Acompanhamento de Avaliação	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	PHP	ORACLE	217	65,1	1453,9	buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função
Avaliação Virtual	Avaliação Virtual	N3 – Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega. N5 – Padronização, evolução e transformação digital de serviços públicos. N6 – Melhoria do processo de gestão de pessoas.	JAVA	ORACLE	30	9	201	Para as funções transacionais, o INEP buscou dados em sistema próprio (Painel) com lista de requisitos de cada projeto. Para as funções de dados (arquivos lógicos) estimou-se 30% em relação às funções transacionais. O cálculo realizado foi: $VE = (FT*4,6 + FD*7)$, utilizando-se as medições em SFP para facilmente servir de base para estimar a medição em pontos de função

Tabela 10: Lista de Soluções do INEP com Estimativa em Pontos de Função

Para calcular o quantitativo necessário para alocação de perfis profissionais para composição das equipes ágeis, foram considerados a quantidade de projetos com alto potencial de serem (re)desenvolvidos, sustentação e/ou evoluções constantes. Além disso, o tamanho funcional dos sistemas do INEP está estimado de acordo com os critérios e tabela 10 acima.

Dando continuidade, a lista de soluções constantes na tabela 11 abaixo faz parte de um universo de sistemas que necessitam de sustentação, evoluções e/ou (re)desenvolvimento dentro da DTDIE/Inep em virtude da quantidade de mudanças de normativos, nível de criticidade, regras e criação de novas fases. As informações na tabela abaixo foram classificadas quanto à criticidade, estimativa de PF e Tipo de Serviço previsto. Para construção da tabela abaixo, foram consideradas necessidades, características negociais e áreas internas / externas do Inep com envolvimento nos sistemas:

- Desenvolvimento, sustentação e /ou evolução de mais de 20 layouts de arquivos, por exame, para troca e apropriação de dados entre aplicadora, gráfica, correios e inep;
- Formas de comunicação com os diversos canais de integração;
- Alteração de regras em Atendimento Especializado para pessoas com necessidades e com configuração de Kits específicos de provas;
- Desenvolvimento de serviços para avaliação dos atendimentos especializados e específicos para entes externos;

- Implantação de fases para alteração de nome social do estudante e/ou participante;
- Desenvolvimento de novas etapas e/ou fases a serem implementadas em exames, como por exemplo, a previsão da 3ª Etapa do Revalida;
- Envolvimento com quantidade diversificada de áreas de requisitantes internas no Inep;
- Envolvimento com quantidade diversificada de áreas externas do Inep com necessidade de integração.

Sigla	Identificação do Sistema ou Solução	Criticidade	Estimativa de PF (A)	Tipo de Serviço previsto	Percentual histórico (B)	Valor em PF estimado para atuação (VE=A*B)	Meta de Produtividade (Estimada) MP = (Somatório VE)/M/DU /QP, onde: M = Qtd. de meses do ano DU = Qtd. de dias do mês
CENSUP	Censo da Educação Superior	Crítico	2345	Sustentação	23,46	550,14	
ENADE	Exame Nacional dos Estudantes	Crítico	3329,90	Novo desenvolvimento/ Evolução/ (Re) desenvolvimento	76,54	2548,71	
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio	Crítico	3979,80	Novo desenvolvimento/ Evolução/ (Re) desenvolvimento	76,54	3046,14	
AAE	Sistema Auxílio Avaliação Educacional	Convencional	73,7	Sustentação	23,46	17,29	
BNI	Banco Nacional de Itens	Crítico	1125,6	Novo desenvolvimento/ Evolução/ (Re) desenvolvimento	76,54	861,53	
CELPE-BRAS	Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros	Crítico	1105,50	Novo desenvolvimento/ Evolução/ (Re) desenvolvimento	76,54	846,15	
CORPORATIVO	Sistema Corporativo	Convencional	3584,50	Sustentação	23,46	840,92	
E-MEC	Sistema Eletrônico do MEC	Crítico	1474	Novo desenvolvimento/ Evolução/ (Re) desenvolvimento	76,54	1128,20	
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos	Crítico	1855,9	Sustentação	23,46	435,39	

MAPA WEB (NOVO)	Sistema de Mapeamento e Acompanhamento de Processos Administrativos	Crítico	381,9	Sustentação	23,46	89,59	QP = Quantidade de perfis profissionais MP = 13.233,92/12 /22/84 = 0,59
REVALIDA	Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos	Crítico	1922,9	Sustentação	23,46	451,11	
RNC	Rede Nacional de Certificadores	Crítico	2318,2	Sustentação	23,46	543,85	
ROTAS	Sistema de Monitoramento de Rotas	Convencional	301,5	Novo desenvolvimento/ Evolução/ (Re) desenvolvimento	76,54	230,77	
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	Crítico	1273	Sustentação	23,46	298,65	
SYSPAG	Sistema de Controle de Solicitações de Pagamento	Convencional	1199,3	Novo desenvolvimento/ Evolução/ (Re) desenvolvimento	76,54	917,94	
Premio CAPES	Prêmio CAPES	Crítico	368,5	Sustentação	23,46	86,45	
Novo CTAA	Comissão Técnica Acompanhamento de Avaliação	Crítico	1453,9	Sustentação	23,46	341,08	
	TOTAL		28.093,10	-	-	13.233,92	

Tabela 11: Lista de Soluções do INEP com constantes evoluções, sustentação e/ou re(desenvolvimento)

Dessa forma, considerando a previsão dos sistemas listados na tabela 11, podemos obter uma Estimativa de PF (A) no total de 11.410,10 pontos de função para os sistemas em que há expectativa de Novo desenvolvimento (Tipo de Serviço previsto) e 16.683,00 pontos de função estimados para os sistemas em que será realizada a sustentação (Tipo de Serviço previsto). Salientamos que essas estimativas são baseadas em uma parte dos sistemas e esses valores são baseados no dimensionamento atual, não implicando que as demandas de desenvolvimento atinjam tais valores. A coluna percentual estimado de atuação foi calculada utilizando a razão entre a soma das ordens de serviço de desenvolvimento constantes nas tabelas 3,4, 6, 7 e 8 e os serviços de sustentação constante na tabela 5. A partir da proporcionalidade do total USTs para os serviços de desenvolvimento e para o serviço de sustentação, obtivemos um percentual de 23,46% das demandas são de sustentação e o restante, ou seja, 76,54% são de serviços de desenvolvimento, conforme histórico constantes nas tabelas supracitadas. A partir desses dados, consideramos que o percentual histórico (B) servirá para composição da fórmula de cálculo da meta de produtividade estimada na DTDIE, conforme indicado na tabela 11 acima. Com base no cálculo estimado da meta de produtividade, chegamos a uma **estimativa aproximada de 0,59 pontos de função por desenvolvedor por dia.**

Com base no exposto acima, a composição abaixo contém a definição das equipes ágeis, distribuídas por **Célula de Negócio, formando um total de seis equipes.** Essas equipes devem estar alocadas nas “**Células de Negócio**” conforme necessidade das unidades demandantes de serviços de desenvolvimento de sistemas no Instituto. Cada Célula de Negócio é composta por uma equipe mista que executará atividades transversais desde o entendimento da demanda até a entrega da solução. As referidas células são divididas em: **Exames Educação Básica, Exames da Educação Superior, Censo Básico, Censo Superior,**

Sistemas Administrativos e Arquitetura/Inovação. Elas são formadas a partir das necessidades específicas e sua proposição visa reduzir deficiências de comunicação interna e entraves contratuais ou burocráticos que poderiam ser minimizados reduzindo-se o número de interfaces entre INEP e seus fornecedores ou entre os próprios fornecedores.

Cada célula deve atender às demandas de correções, manutenções, evoluções e desenvolvimento de projetos relacionadas à unidade de negócio correspondente. Neste sentido, a contratada deve alocar equipes que consigam resolver tanto as demandas de projetos, como as demandas de sustentação dos sistemas em paralelo, ou seja, o andamento dos projetos não pode ser prejudicado a pretexto da resolução das demandas de sustentação (manutenções corretivas e evolutivas). Da mesma forma, as demandas de sustentação não podem ser prejudicadas pelas atividades de projeto, ou seja, a intenção da DTDIE é que haja uma equipe para projeto e outra para sustentação dentro da mesma célula de negócio. Além disso, para melhor atender às demandas da célula, os profissionais da CONTRATADA podem ser requisitados para esclarecer eventuais dúvidas, solucionar pendências e participar de reuniões.

A Célula de Negócio deve receber as demandas por meio de ferramenta indicada pelo Inep, que deve encaminhar as demandas classificadas conforme as orientações vigentes nas metodologias do INEP. A CONTRATADA deve atender às demandas formalizadas abrangendo desde a investigação e entendimento de escopo das demandas até a entrega das soluções em ambiente de produção.

As células de negócio(**Exames Educação Básica, Exames da Educação Superior, Censo Básico, Censo Superior, Sistemas Administrativos**) podem ser compostas por :

1.
Scrum Master (da contratada ou do Inep);
2.
Product Owner (do Inep);
3.
Analista de Requisitos (da Contratada);
4.
Gerente de Projetos de Sistemas (da Contratada);
5.
Desenvolvedor (da Contratada);
6.
Analista de Qualidade (da Contratada);
7.
Arquiteto (da Contratada);

Quanto à composição da **Célula de Arquitetura / Inovação**, que possui um perfil mais técnico, deve ser composta com alocação de perfis profissionais de Arquiteto de Software, Líder Técnico de Desenvolvimento e Desenvolvedor Senior, com o objetivo de manter, atualizar e gerenciar a Arquitetura de Software do Inep para atender as características abaixo:

- Escalabilidade e Flexibilidade;
- Reutilização, Inovação e evolução de Componentes;
- Segurança;
- Benefícios para desenvolvimento e Manutenção do Sistema e Arquitetura de um Software bem estruturado.

Dessa forma e em complemento ao exposto acima, a formação das equipes do INEP para fiscalização, acompanhamento e controle do contrato, assim como atuação na definição e priorização de requisitos, seguirá a média de fiscais definidos para cada sistema conforme as atuais portarias de fiscalização técnica e requisitante do atual contrato (SEI nº 1280991 e 1271843).

Vale salientar que no contexto de constantes mudanças, a eventual ausência deste serviço implica em risco significativo de a solução de TI em determinado momento não mais suportar adequadamente o processo de trabalho da organização e, deste modo, se perder o investimento anteriormente realizado em sua construção. Cabe salientar que a equipe de planejamento entende adequado que o quantitativo de profissionais a serem alocados nos projetos do Inep deve seguir conforme tabela 1 acima.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, Planejamento Estratégico Institucional, PDTIC do INEP 2023/2025 e Estratégia de Governo Digital, conforme detalhamento a seguir::

- ID PCA no PNCP: 01678363000143-0-000001/2023
- Data da Publicação no PNCP: 19/05/2023
- Id do item no PCA: 159
- Classe/Grupo: 111 - Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Software
- Identificador da Futura Contratação: 153978-58/2022

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
Objetivos Estratégicos do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC Inep 2023-2025)	
OBE 9 – Prover soluções de TIC que satisfaçam as necessidades do Inep	
Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional (PEI Inep 2020-2023)	
OBJ 4.2 – Garantir a efetividade das entregas de soluções e infraestrutura de tecnologia de informação e comunicações (TIC) para as áreas de negócio	
Objetivos Estratégicos da Estratégia de Governo Digital (EGD 2020 - 2023)	
OE 1 – Oferta de serviços públicos digitais OE 2 – Avaliação de satisfação nos serviços digitais OE 4 – Acesso digital único aos serviços públicos OE 18 – Equipes de governo com competências digitais	
ALINHAMENTO AO PDTIC Inep 2023-2025	
ID	Necessidade do PDTIC
N3	Ampliação da produtividade e da capacidade de entrega

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC Associada
A43	Prover serviço de desenvolvimento de software.	M8	Manter e desenvolver soluções para automação dos processos de negócio.

4. Requisitos da Contratação

Requisitos de Negócio

O INEP possui em seu parque tecnológico diversos sistemas que apoiam na execução de políticas públicas voltadas à sociedade. Além dos sistemas legados que necessitam de manutenção, o Inep possui em seu Mapa Estratégico e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, objetivos estratégicos a serem atingidos através da execução de novos projetos de desenvolvimento de soluções, evoluções e sustentação dos sistemas com práticas ágeis. Dentre os principais requisitos de negócio, destacamos:

- Entregar serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software alinhados às necessidades de negócio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep);
- Sustentação dos sistemas legados, que impactam nos processos importantes utilizados pelos usuários;
- Desenvolver novas soluções digitais para atender as necessidade das unidades e demandas dos usuários do serviço público prestado pela autarquia;
- Garantir o desenvolvimento de sistemas de informação com qualidade;
- Garantir o funcionamento dos sistemas legados ;
- Evoluir os sistemas de informação de acordo com as necessidades das áreas de negócio;
- Possibilitar a prospecção tecnológica dos sistemas de informação;
- Viabilizar a busca por iniciativas inovadoras;
- Possibilitar o desenvolvimento de aplicações para web, mobile e portais que atendam às recomendações da arquitetura utilizada pelo INEP, constante no Anexo P, e levem em consideração as boas práticas de desenvolvimento consolidadas no mercado;
- Garantir o desenvolvimento de sistemas de informação que atendam aos padrões de segurança da informação disseminados no mercado;
- Possibilitar a execução de testes e controle de qualidade sobre as soluções de software do INEP e suporte especializado em processos de testes;
- Entregar informações estratégicas para facilitar e agilizar a tomada de decisão;
- Garantir o planejamento, gestão e execução dos projetos;
- Apoiar e executar as atividades na Análise de Requisitos/Negócios;
- Apoiar e executar as atividades de arquitetura de software;
- Apoiar e executar as atividades de projetos que envolvam Inteligência Artificial.

Requisitos de Capacitação

Capacitação em ferramentas utilizadas no desenvolvimento e sustentação de softwares não faz parte do escopo desta contratação, tendo em vista que o objeto da presente contratação diz respeito à contratação de serviços de desenvolvimento e sustentação de sistemas para atendimento das necessidades das unidades internas da CONTRATANTE. Logo, a capacitação aqui descrita refere-se a transferência de conhecimento dos produtos entregues, tanto do ponto de vista funcional, quanto de instalação, técnico e de manutenção.

Requisitos legais

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Lei Federal nº 14.133/21: institui normas gerais para licitações e contratos na Administração Pública e dá outras providências;

Lei Federal nº 12.846/2013: dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

Lei Complementar nº 123/2006: institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

Decreto nº 7.174/2010: regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

Decreto nº 7.579/2011: dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP, do Poder Executivo federal;

Decreto nº 8.420/2015: regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências;

Decreto nº 10.024/2019: regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

Instrução Normativa SEGES nº 65, de 07 de julho de 2021: dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017: dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

Instrução Normativa SEGES/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022: dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal;

Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018: Dispõe sobre regras de funcionamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, no âmbito do Poder Executivo Federal;

Padrão de Interoperabilidade - Portaria SLTI/MP nº 92, de 24 de dezembro de 2014;

Padrão de acessibilidade - Portaria SLTI/MP nº 3, de 7 de maio de 2007;

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil - Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001;

Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil);

Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC) da Contratante;

Padrões Web em Governo Eletrônico - ePWG;

Padrões de Design System de Governo;

Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação;

Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008 e suas normas complementares - Disciplina a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências;

Instrução Normativa GSI/PR Nº 1, de 27 de maio de 2020 e suas normas complementares - Dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal;

Instrução Normativa GSI/PR Nº 3, de 28 de maio de 2021 e suas normas complementares - Dispõe sobre os processos relacionados à gestão de segurança da informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal;

Norma Complementar nº 10/IN01/DSIC/GSIPR, de 30 de janeiro de 2012 - Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação nos Aspectos Relativos à Segurança da Informação e Comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

Norma Complementar nº 13/IN01/DSIC/GSIPR, de 30 de janeiro de 2012, - Diretrizes para gestão de mudanças nos aspectos relativos à segurança da informação e comunicações nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

Minuta de Parecer 38686889 SEI 19974.100322/2019-97 / pg. 10 Norma Complementar nº 07/IN01/DSIC/GSIPR, de 15 de julho de 2014 - Diretrizes para implementação de controles de acesso relativos à segurança da informação e comunicações;

Norma Complementar nº 14/IN01/DSIC/SCS/GSIPR, de 13 de março de 2018 - Princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à Segurança da Informação (SI) para o tratamento da informação em ambiente de Computação em Nuvem, nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta. ABNT NBR ISO/IEC/IEEE 12207:2021 - Engenharia de sistemas e software - Processos de ciclo de vida de software;

ABNT NBR ISO/IEC 25030:2008 - Engenharia de software - Requisitos e Avaliação da Qualidade de Produto de Software (SQuaRE) - Requisitos de qualidade;

ABNT NBR ISO 22301:2013 - Sistemas de gestão de continuidade de negócios;

ABNT NBR ISO 27031:2015 - Diretrizes para a prontidão para a continuidade dos negócios da tecnologia da informação e comunicação;

ABNT NBR ISO 23081-1:2019 - Metadados para documentos de arquivo;

ABNT NBR 11515:2007 - Guia de práticas para segurança física relativas ao armazenamento de dados;

ABNT NBR ISO/IEC 27037:2012 - Diretrizes para identificação, coleta, aquisição e preservação de evidência digital;

ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 - Código de prática para controles de segurança da informação;

ABNT NBR ISO/IEC 27014:2013 - Governança de segurança da informação;

ABNT NBR 16167:2013 - Diretrizes para classificação, rotulação e tratamento da informação;

ABNT NBR ISO/IEC 27017:2016 - Código de prática para controles de segurança da informação com base;

Guia de Gerenciamento de Vulnerabilidades e Modelo de Política de Gerenciamento de Vulnerabilidades - SGD/ME, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi>;

Guia de Segurança em Aplicações Web - SGD/ME, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi>;

Guia de Requisitos Mínimos de Segurança e Privacidade para APIs - SGD/ME, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi>;

Guia de Requisitos Mínimos de Segurança e Privacidade para Aplicativos Móveis - SGD/ME, disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/ppsi>.

Requisitos de Manutenção

Durante o período de execução contratual, não haverá adicional pelos serviços que já estão inclusos, conforme necessidades listadas na seção 3;

Os serviços a serem contratados terão caráter continuado, conforme estabelecido pela Portaria INEP Nº 367, DE 16 DE AGOSTO DE 2023, SEI (1226999);

Para a perfeita execução do contrato, o quantitativo de profissionais deverá ser suficiente para atender as demandas estabelecidas pela CONTRATANTE;

Nos casos de indisponibilidade dos serviços de rede ou de sistema, esta deverá ser documentada formalmente e anexada aos relatórios de prestação de serviços;

A CONTRATADA não poderá deixar de executar nenhuma Ordem de Serviço que esteja prevista e acordada;

Sem prejuízo à qualidade e/ou aos níveis de serviço, os profissionais diretamente envolvidos na prestação dos serviços poderão ser substituídos a qualquer tempo pela Contratada, desde que os substitutos atendam aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência para o perfil.

Caso considere que profissionais da Contratada diretamente envolvidos na execução dos serviços contratado não estejam apresentando desempenho técnico adequado ou mantenham comportamento profissional inadequado, o contratante poderá, a qualquer tempo, de forma justificada, solicitar sua substituição, sem prejuízo da execução de prazos dos serviços pela contratada ou da adoção de outras medidas de gestão contratual, quando for o caso.

Em caso de afastamento do profissional, advindo de atestado médico, licenças, faltas, férias, desligamento dentre outros, os serviços poderão ser executado por outro profissional de igual competência até a reposição por outro profissional.

Nos casos em que for necessária a apresentação de novo profissional e/ou reposições/substituições, no decorrer da execução do Contrato, a empresa deverá fazê-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da ciência do caso. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que previamente acordado entre Contratante e Contratado, sendo de responsabilidade da Contratada a transmissão de conhecimento dos serviços, não isentando a contratada das penalidades previstas em caso de não cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço e/ou de critérios de qualidade/aceitação.

Nos casos em que for necessária a apresentação de novo profissional e/ou reposições/substituições, no decorrer da execução do Contrato, a empresa deverá enviar com antecedência, toda documentação exigida no Termo de Referência para a devida análise a ser realizada pela equipe de fiscalização do contrato.

Todas as reposições/substituições estarão sujeitas aos mesmos requisitos de qualificação técnica para o respectivo perfil profissional, cuja comprovação de atendimento devem estar adequadas da forma descrita nos itens de Requisitos de Experiência Profissional e Requisitos de Formação da Equipe.

Caso a CONTRATADA não reponha o profissional dentro dos prazos estipulados, a CONTRATANTE deverá aplicar as sanções contratuais cabíveis, conforme estabelecido na seção **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**.

Requisitos Temporais

O Contrato Administrativo deverá ser assinado pela CONTRATADA em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da certificação oficial feita pela CONTRATANTE;

O início da prestação dos serviços se dará em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação do contrato no Diário Oficial da União;

Os prazos para assinatura do contrato e início da prestação dos serviços, podem ser prorrogadas, a critério da DTDIE, uma única vez, desde que motivadamente solicitada ainda sob a vigência do prazo para a prática do ato;

Os serviços devem ser executados preferencialmente de forma presencial;

A prestação dos serviços é por **alocação de perfil profissional e presencial**, no entanto, a critério da CONTRATANTE, na conveniência e oportunidade, os serviços poderão ser prestados remotamente, desde que o percentual de profissionais que atuam remotamente não ultrapasse 50% dos postos contratados. Em caráter excepcional e devidamente justificado, a Contratante poderá alterar o percentual de atuação remota;

Os serviços presenciais serão prestados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, situado no SIG Quadra 04 lote 327 - Zona Industrial CEP: 70610-908, Brasília - DF;

O horário padrão de trabalho será de segunda a sexta-feira das 7h00 às 19h00. Em casos excepcionais e/ou emergenciais e sem custo adicional para a Contratante, a Contratada poderá ser acionada a qualquer tempo para atendimento em horários e dias diferentes do padrão estabelecido;

Os serviços deverão ser planejados observando o correto encadeamento das entregas e implantações, de modo a evitar atrasos e descumprimentos de níveis mínimos de serviço exigido;

A assinatura do Termo de Recebimento Provisório ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a prestação do serviço mensal;

A verificação técnica e a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços deverão ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após assinatura do Termo de Recebimento Provisório;

O aceite definitivo será efetuado por servidores designados pela CONTRATANTE, após a análise dos relatórios entregues pela CONTRATADA para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas;

A Contratada deverá cumprir os prazos previstos, inclusive os descritos no Termo de Referência, respeitando os prazos máximos estabelecidos e zelando pelo cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos.

Na execução dos serviços de desenvolvimento e/ou sustentação de software deverão ser observados os seguintes prazos máximos:

Atividade, Tarefa ou Serviço	Ambiente de Operação	Prazo Máximo de início do atendimento	Prazo Máximo de solução do problema
Correção de não conformidades identificadas como de baixo impacto, que não impede o uso do sistema e não provoque prejuízo significativo ao negócio.	Produção	4 horas úteis	24 horas úteis
Correção de não conformidades identificadas como de impacto moderado, que compromete o uso do sistema (sem impedimento) e não provoque prejuízo significativo ao negócio.		2 horas corridas	8 horas corridas
Correção de não conformidades identificadas como de alto impacto, que impede o uso do sistema ou provoque prejuízo significativo ao negócio ao ocorrer.		30 minutos corridos	4 horas corridas
Realização de atualização ou modificação emergencial de código não classificados como correção e que pode gerar impactos a imagem do INEP.		4 horas úteis	24 horas úteis

Tabela 4: Lista de Atividades/Tarefa/Serviço para atendimento às intercorrências

A Contratante e a Contratada controlarão os prazos máximos de início de atendimento e solução do problema por meio de formalização do problema em ferramenta definida pela Contratante.

Requisitos de Segurança e Privacidade

Na execução dos serviços contratados e nos produtos deles decorrentes, a Contratada deverá zelar, no que for de sua competência, pela garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações custodiadas no ambiente gerenciado. Além disso, deve adotar e se responsabilizar por medidas efetivas quanto ao seguinte:

Deverá seguir, no que couber, as orientações constantes no GUIA DE REQUISITOS E OBRIGAÇÕES QUANTO A PRIVACIDADE E À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO e suas atualizações, conforme link Guia de Requisitos e Obrigações , assim como as infrações e sanções administrativas por eventuais descumprimentos;

Estar aderente às orientações e decisões do Comitê de Governança de Dados no âmbito do Inep, definido por meio da PORTARIA Nº 460, DE 06 DE OUTUBRO DE 2023 (SEI 1257054);

Evitar vazamento de dados e fraudes digitais nos ambientes gerenciados sob sua responsabilidade técnica;

Executar processo de gestão de riscos de segurança da informação nos ambientes gerenciados sob sua responsabilidade técnica;

Garantir a rastreabilidade das ações realizadas nos ambientes gerenciados sob sua responsabilidade técnica, mantendo trilha(s) de auditoria de segurança da informação;

Assegurar e responsabilizar-se pela continuidade do negócio implementado pelos ambientes gerenciados sob sua responsabilidade técnica;

Assegurar o adequado tratamento de dados pessoais e informações classificadas dos quais venha a ter conhecimento ou manusear em razão da execução do objeto do contrato, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 e em aderência aos requisitos de segurança da informação vigentes no ambiente do CONTRATANTE;

Assegurar a gestão e o tratamento de incidentes de forma sistematizada, em estrita harmonia aos requisitos vigentes no ambiente do CONTRATANTE;

Aceitar, viabilizar e executar auditoria de Segurança da Informação visando a apurar falhas e/ou atestar a conformidade dos serviços prestados com os requisitos contratados;

Observar os normativos de Segurança da Informação e Comunicação do Inep;

Não pode obter, capturar, copiar ou transferir qualquer tipo informação de propriedade da CONTRATANTE, sem autorização;

Deverá atender as Políticas de Segurança da Informação e demais normativos correlatos publicados pela CONTRATANTE, bem como assinar Termo de Confidencialidade e seus funcionários alocados na prestação de serviços, o Termo de Ciência, conforme modelos disponibilizado pela CONTRATANTE;

Deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa do Inep e da Administração Pública em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências do Inep;

Deverá identificar qualquer equipamento de sua propriedade que venha a ser instalado nas dependências da CONTRATANTE, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança etc;

Deverá exigir dos seus empregados, quando em serviço nas dependências da contratante, o uso obrigatório de crachás de identificação;

Não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado as informações de propriedade da CONTRATANTE;

O Contratado deverá promover a cultura para que os desenvolvedores utilizem o SAST (Static Application Security Testing) em tempo de desenvolvimento, ou seja, integrado à IDE (Integrated Development Environment).

O Contratado deverá realizar eventuais correções de vulnerabilidades HIGH ou CRITICAL, sem custo adicional, desde que gerados por atualizações, manutenções ou novas funcionalidades executadas pelo Contratado.

Deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionários envolvidos diretamente na execução do objeto, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados;

Adaptar-se às Normas e instruções normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

Deverá comprometer-se, por si e por seus funcionários, a aceitar e aplicar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança definidos na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE – inclusive com a assinatura de termo apropriado de responsabilidade e manutenção de sigilo;

Deverão ser observados os regulamentos, normas e instruções de segurança da informação e comunicações adotadas, incluindo, mas não se limitando, ao definido na Política de Segurança da Informação e Comunicações e suas Normas Complementares, durante a execução dos serviços nas instalações do Inep, além de atender à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018);

Os requisitos de segurança a serem observados nas aplicações deverão observar as políticas, os padrões, as arquiteturas, os métodos, as técnicas e as regras de negócio previamente estabelecidas pela contratante, também se aplicando a esse caso às leis, normas e regras de caráter geral definidas pelos órgãos governantes superiores (OGS) e aplicáveis no âmbito da Inep;

Aderência às regulamentações da ICP-Brasil quando requeridas necessidades relacionadas à certificação digital;

Atendimento a todas as determinações e orientações contidas nas Diretrizes e Normas de Segurança do Inep, por meio Plano de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) e suas evoluções. Ele apresenta os princípios considerados adequados para o manuseio, controle e proteção das informações contra destruição, modificação, violação, divulgação indevida e acessos não autorizados, sejam acidental ou intencionalmente, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações;

Deverá ser garantida a disponibilidade, integridade, confidencialidade e sigilo dos documentos e informações inerentes ao contrato e seus serviços, podendo ser responsabilizado legalmente quem porventura causar perdas e danos ao Inep e a terceiros;

Devem ser utilizadas ferramentas de proteção e segurança de informações a fim de evitar qualquer acesso não autorizado aos sistemas e softwares, seja em relação ao que eventualmente estejam sob sua responsabilidade direta ou que foram disponibilizados, ainda que por meio de link;

O Contratado e seus funcionários deverão assinar o Termo de Compromisso e o Termo de Ciência, conforme modelos anexos ao Termo de Referência:

- ANEXO C – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO;
- ANEXO D – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA;

A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços do Contratado ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

Quando solicitado formalmente pela contratante, deverão ser realizadas, prioritária e concomitantemente, alterações para sanar possíveis problemas de segurança ou de vulnerabilidade nos referidos sistemas ou softwares utilizados para execução do serviço contratado; e

Não divulgar, mesmo que em caráter estatístico, quaisquer informações originadas no Inep, sem prévia autorização; e

O Contratado deverá aplicar os princípios de Security by Design, Privacy by Design e Shift-left testing, de forma a minimizar os riscos de privacidade e segurança em tempo de concepção dos projetos.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

Durante a execução de tarefas no ambiente do CONTRATANTE, os colaboradores da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público;

A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com a Lei no 14.133/21;

Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE;

A CONTRATADA deverá orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dando preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis;

Os artefatos de desenvolvimento e sustentação devem ser disponibilizados em idioma padrão português do Brasil;

Requisitos de Arquitetura Tecnológica

A CONTRATADA deverá respeitar a arquitetura tecnológica de cada solução de TIC existentes no Inep e de novas aplicações;

Para viabilizar a gestão dos serviços prestados, será utilizado o software livre *Redmine* instalado no ambiente da contratante, complementada ou não por outras ferramentas livre ou públicas, para o registro e controle de requisições de serviços, registro e acompanhamento dos níveis de serviço acordados, monitoramento, repositório de documentação (base de conhecimento) etc;

A CONTRATADA poderá propor outra solução de gestão de serviço, que deve ser aprovada pelo CONTRATANTE;

A CONTRATADA deve desenvolver novos sistemas, garantir a sustentação e manutenção evolutiva, manutenção corretiva, suporte técnico e documentação de soluções de software adotadas pela CONTRATANTE, construídos segundo suas plataformas tecnológicas;

A CONTRATADA deverá desenvolver sistemas com tecnologias inovadoras, bem como novas linguagens de programação que vierem a ser adotadas pela CONTRATANTE. As soluções desenvolvidas e mantidas devem estar aderentes à infraestrutura tecnológica do Inep;

A CONTRATADA deverá desenvolver novos sistemas, possibilitando o uso de bases de dados comuns e componentes reaproveitáveis e adaptáveis;

Os documentos que compõem a Arquitetura de Sistemas do Inep constam no Anexo P deste Termo de Referência;

Em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA, durante a execução contratual, poderão ser atualizados os processos de desenvolvimento de sistemas e painéis e documentação vigentes, bem como outras metodologias, práticas, artefatos e tecnologias (frameworks, ambiente operacional e de desenvolvimento e arquitetura). A CONTRATADA terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da comunicação formal da CONTRATANTE, para se adequar a essas mudanças. Esta atualização não descaracterizará o objeto do contrato e as atribuições dos perfis profissionais alocados, e visa o constante aperfeiçoamento dos produtos desenvolvidos, alinhada à natural atualização de capacitação tecnológica dos profissionais;

A CONTRATADA deverá adotar padrões de projeto (Design Patterns) ou padrões arquiteturais consolidados no mercado aderentes às necessidades da aplicação, além de métodos de codificação limpa (Clean Code);

Aderência às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos padrões e-PING e e-MAG quando requeridas; e

Aderência aos Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG) que são recomendações de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas com o objetivo de aprimorar a comunicação e o fornecimento de informações e serviços prestados à população por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo Federal.

Requisitos de Projeto e de Implementação

Na execução e implementação de atividades e projetos a CONTRATADA deverá observar os padrões e diretrizes vigentes nos ambientes do CONTRATANTE; tais como técnicas, métodos, arquiteturas e documentação, dentre outros;

A CONTRATADA deverá garantir que a execução das atividades observe as políticas, diretrizes, procedimentos, padrões e modelos para as atividades de Gestão de Sistemas, existentes e que venham a ser criadas pela CONTRATANTE;

Aderência aos guias, padrões (templates) e metodologias adotados pelo Inep e pelo Governo Federal, conforme listadas abaixo, inclusive suas evoluções e atualizações. Cabe registrar que os **itens a, b** estão em processo de atualização/revisões por parte do INEP e após finalizar a revisão.

Metodologia de Gestão de Projetos (MGP) do Inep com seus guias e padrões (SEI 1289800);

Fluxos do processo de Gestão e Desenvolvimento de Sistemas do Inep - MGDS (SEI 1289819);

Guia de Projetos de Software com Práticas de Métodos Ágeis para o SISP versão 1.0 e suas atualizações (SEI 1290796); e

A CONTRATANTE pode a qualquer tempo e em comum acordo com a CONTRATADA, realizar a implementação de metodologia própria de gestão de projetos e com práticas ágeis, baseadas nos guias do Governo Federal;

A CONTRATADA poderá sugerir à CONTRATANTE, a qualquer tempo, melhorias nos fluxos e processos de trabalho dos guias acima relacionados, podendo a CONTRATANTE acatar ou não as sugestões;

Será desenvolvido um cronograma de implantação da solução, que deve ser aprovado pela CONTRATANTE.

Requisitos de Implantação

Durante o período de implantação operacional, limitado aos 90 (noventa) dias posteriores ao início da execução, a Contratada deverá adotar todas as medidas de sua competência para assegurar a execução satisfatória dos serviços – incluindo ajustes, alinhamento e/ou adequação de seus processos de trabalho. Não será concedido período de implantação operacional nos eventos de prorrogação contratual;

Durante o período de implantação operacional todos os profissionais/equipe da Contratada deverão estar disponíveis para atendimento das demandas. Ainda durante esse período, os níveis de serviço serão normalmente apurados, havendo ocorrência de descumprimento de metas, as sanções, penalidades e/ou glosas poderão ser aplicadas.

Após 90 (noventa) dias do início da execução do contrato, a CONTRATADA deverá estar totalmente operacional, com conhecimento de todos os serviços de TIC e sistemas de TIC do Inep, a fim de garantir o sucesso de transição sem prejuízo do negócio.

Após 90 (noventa) dias do início da execução do contrato, caso a CONTRATADA não se adeque ao contrato e níveis mínimos previstos na contratação, eventuais sanções, penalidades e/ou glosas poderão ser aplicadas e descontadas nas faturas a vencer.

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

- O Contratado deverá adotar os mecanismos de automação e de integração/implantação contínua (CI/CD) disponibilizados pela Contratante.
- A integração/implantação contínua (CI/CD) deverá observar as diretrizes e condições estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- O Contratado deverá adotar práticas de backup e de rollback, caso seja constatado obstáculos à implementação.
- O Contratado deverá prestar todo o suporte necessário para a adequada implementação e sustentação da esteira DevSecOps.

Requisitos de Garantia e Manutenção

A Contratada deverá reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, por solicitação do Inep, o serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos serviços prestados. A Contratada deverá prover garantia aos serviços prestados durante toda a vigência do Contrato. Nesse período, o Contratado se obriga a corrigir quaisquer defeitos nos produtos e serviços executados. Os defeitos compreendem, mas não se limitam a imperfeições percebidas num serviço contratado, ausência de artefatos obrigatórios e qualquer outra ocorrência que impeça o andamento normal dos serviços contratados.

A Contratada deve assegurar e responsabilizar-se pela continuidade do fornecimento dos serviços contratados, zelando por sua disponibilidade e pela aderência aos requisitos de qualidade e aos Níveis Mínimos de Serviço exigidos;

Os serviços realizados pela Contratada terão garantia de 12(doze) meses, a contar da data de encerramento do incidente ou homologação da Ordem de Serviço durante a vigência do contrato, incluindo possíveis renovações contratuais. Caso seja aberta nova Ordem de Serviço, a mesma não será cobrada. O prazo será contado a partir do aceite definitivo do serviço, o que engloba todos os seus entregáveis.

Os profissionais que estiverem atuando em serviços de garantia não terão sua produtividade contabilizada por esses serviços, ficando sob a responsabilidade da Contratada o devido atendimento;

Durante o período de 12(doze) meses, qualquer defeito, erro ou falha nos produtos, decorrente dos serviços prestados, deverá ser reparado sem ônus para a CONTRATANTE. Essa garantia deverá incluir todos os produtos e artefatos desenvolvidos e todas as ferramentas utilizadas durante o desenvolvimento da solução.

Para o desempenho das atividades de garantia, o Contratado estará sujeita aos mesmos níveis mínimos de serviço previstos neste Termo de Referência, bem como aos demais termos contratuais, mantida a condição de que os artefatos sob garantia não tenham sido alterados desde sua disponibilização.

A não resolução do serviço de garantia nos prazos estabelecidos nesta seção ensejará na aplicação de sanções.

A Contratada responderá pela reparação dos danos causados ao Contratante e/ou a terceiros devido aos defeitos nos serviços ocasionados em razão de sua ação ou omissão. Os serviços executados como garantia não serão remunerados;

Os serviços entregues pela Contratada deverão ser cobertos por garantia técnica durante a vigência do contrato e, adicionalmente, durante 12 (doze) meses após o encerramento contratual, e excepcionalmente, pelo mesmo período, após a homologação das entregas ocorridas após o encerramento contratual. Durante o prazo de garantia do serviço, o provedor deverá manter canal de comunicação por telefone, e-mail ou sistema informatizado e cumprir os prazos definidos no Acordo de Nível de Serviço para as atividades de garantia técnica.

A identificação e a comunicação de defeitos dos serviços deverão ser efetuadas dentro do período de garantia, devendo a totalidade dos defeitos reportados serem corrigidas pela Contratada, ainda que a conclusão do serviço ultrapasse esse período.

Requisitos de Experiência Profissional

Os recursos humanos envolvidos na execução dos serviços serão de gerenciamento exclusivo da CONTRATADA e não geram vínculos nem subordinação com a CONTRATANTE;

A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela admissão, administração, coordenação e avaliação dos técnicos necessários à prestação dos serviços desta contratação, obrigando-se também por todos os tributos, impostos, encargos (trabalhistas ou não), incluindo toda e qualquer verba rescisória, além de todas as taxas que se apliquem ao seu ramo de atuação;

A comprovação dos perfis de qualificação profissional deverá ser feita pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e deverá ser mantida durante todo o período de execução do objeto contratual. A comprovação da qualificação dar-se-á por meio de contratos de trabalho, diplomas, certificados e atestados de entidade idônea em nome dos profissionais. Excepcionalmente, a critério da CONTRATANTE, para as habilidades não comprovadas por meio dos documentos supracitados, poderão ser aplicados pela CONTRATADA testes verbais ou escritos aos profissionais, contemplando conhecimentos compatíveis com as exigências, desde que a CONTRATADA apresente relatório técnico aprovando o profissional nos testes verbais ou escritos.

Nos casos em que o profissional não apresente documentação comprobatória, a CONTRATADA deverá acompanhar e validar a produtividade do referido profissional, conforme o perfil ao qual será alocado;

A qualquer tempo, o Gestor do Contrato poderá solicitar comprovação de qualificação técnica de qualquer profissional que esteja atuando no contrato, podendo solicitar sua substituição em caso de desconformidade com as exigências feitas. A substituição dos profissionais indicados durante a execução do contrato somente será permitida por outros com qualificações iguais ou superiores às exigidas no Termo de Referência e após a aprovação feita pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá apresentar, para cada funcionário que vier a executar atividades referentes ao objeto da contratação, o modelo de Termo de Compromisso de Sigilo no qual seu profissional declara estar ciente das responsabilidades pela manutenção de sigilo e confidencialidade.

Os profissionais que inicialmente manterão relacionamento direto com o Inep deverão ser apresentados após assinatura do Contrato na reunião inicial e relacionados no plano de implementação, ocasião em que deverão ser entregues as comprovações dos perfis exigidos. A apresentação de novos profissionais durante a execução do Contrato, incluindo a entrega das comprovações dos perfis à equipe de fiscalização do Contrato, deverá ser feita previamente ao início da atuação destes.

Sem prejuízo à qualidade e/ou aos níveis de serviço, os profissionais diretamente envolvidos na prestação dos serviços poderão ser substituídos a qualquer tempo pela Contratada, desde que os substitutos atendam aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência para o perfil desejado e sejam aprovados na forma acima detalhada. Assim como, caso considere que profissionais da Contratada diretamente envolvidos na execução dos serviços contratados não estejam apresentando desempenho técnico adequado ou mantenham comportamento profissional inadequado, o Contratante poderá, a qualquer tempo, solicitar sua substituição - sem prejuízo da execução de prazos dos serviços pela Contratada ou da adoção de outras medidas de gestão contratual, quando for o caso.

Nos casos em que for necessária a apresentação de novo profissional e/ou reposições/substituições, no decorrer da execução do Contrato, a empresa deverá fazê-lo com 05 (cinco) dias úteis de antecedência em relação ao início do exercício das atividades do novo profissional – a fim de possibilitar a devida análise da documentação, disponibilização dos acessos e outras ações.

Nos casos de reposições/substituições inesperadas por conta de desligamento definitivo ou licença do profissional ou àquelas solicitadas motivadamente pelo CONTRATANTE, no decorrer da execução dos serviços, a Contratada deverá repor o profissional em até 10 (dez) dias corridos, sendo de sua responsabilidade a transmissão de conhecimento dos serviços, não isentando a Contratada das penalidades previstas em caso de não cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço e/ou de critérios de qualidade/aceitação.

As reposições/substituições estarão sujeitas aos mesmos requisitos de qualificação técnica para o respectivo perfil profissional, cuja comprovação de atendimento dar-se-á igualmente da mesma forma descrita no parágrafo anterior. Caso não haja reposição do profissional dentro dos prazos estipulados a Contratada poderá ser submetida às sanções contratuais previstas.

A experiência profissional exigida e as atividades principais a serem executadas por cada perfil constam respectivamente no Anexo J e Anexo K, deste documento.

Para atendimento dos serviços a Contratada deve obrigatoriamente observar o seguinte:

Todos os profissionais da equipe devem possuir os requisitos de Experiência/Qualificação exigido para cada perfil, descritos no Anexo J.

Todos os profissionais da equipe devem possuir os requisitos de Formação Acadêmica (nível de escolaridade) exigidos de cada perfil, descritos no Anexo J;

Para o atendimento aos requisitos constantes no tópico 4.11.13 acima, deve ser comprovado por meio de currículo que deverá ser obrigatoriamente acompanhado de cópia(s) da seguinte documentação:

Diploma(s) e/ou certificado(s) de conclusão, (requisitos de formação);

Currículo atualizado, Carteira de trabalho e/ou Declaração de atividade profissional com a descrição das atividades desempenhadas (requisitos de experiência profissional);

A Certificação para o perfil profissional poderá ser solicitado à critério da Contratante.

A não comprovação da qualificação dos profissionais da CONTRATADA diretamente envolvidos na prestação dos serviços junto ao CONTRATANTE nos prazos previstos no Termo de Referência pode caracterizar, salvo motivo de força maior, inexecução parcial do Contrato ensejando a adoção das medidas de gestão contratual cabíveis, quando for o caso.

Requisitos de Formação de Equipe

O processo de recrutamento e seleção dos profissionais será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Os profissionais deverão atender a todos os requisitos de formação exigidos, descritos no ANEXO J do Termo de Referência e executar as atividades constantes no ANEXO K. Em especial, aos requisitos obrigatórios que referem-se à Formação Acadêmica e Experiência Profissional, constantes no Anexo J. A Contratante poderá solicitar à contratada, Certificação do perfil profissional que será alocado para atendimento da ordem de serviço;

Durante todo o período de execução contratual a Contratada deve manter atendimento a todos os requisitos dos perfis profissionais, cabendo-lhe dimensionar seus recursos de modo a assegurar sua capacidade de atender às demandas do Contratante, de acordo com suas responsabilidades técnicas e os níveis mínimos de serviço exigidos.

Os requisitos de formação da equipe, bem como a descrição detalhada das atividades de cada especialidade, encontram-se descritos no ANEXO J e K.

Todos os profissionais da equipe devem possuir obrigatoriamente os requisitos de formação (nível de escolaridade) e experiência profissional comprovados.

O profissional disponibilizado pela CONTRATADA deverá atuar em forma de dedicação exclusiva junto à CONTRATANTE, não sendo possível dessa maneira atuar em outros contratos da Administração Pública, sob pena de desvinculação a equipe disponibilizada ao INEP.

Admite-se o compartilhamento do profissional em equipes simultâneas no mesmo contrato, observando-se os limites estabelecidos no quadro a seguir. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá rever em conjunto com a CONTRATADA a viabilidade do compartilhamento máximo simultâneo. Não será admitido o compartilhamento do profissional com outras equipes, enquanto houver atividades a serem desempenhadas para aquele perfil dentro de um mesmo projeto, ou seja, o profissional não poderá ser compartilhado até que tenha finalizado todas as atividades as quais estiver alocado.

Perfis Profissionais	Compartilhamento Máximo Simultâneo
Arquiteto Sênior	Até 3 projetos
Arquiteto Pleno	Até 3 projetos
Desenvolvedor Pleno	Não pode ser compartilhado entre projetos simultâneos
Desenvolvedor Sênior	Não pode ser compartilhado entre projetos simultâneos
Analista de Negócios/Requisitos Pleno	Até 2 projetos
Analista de Negócios/Requisitos Sênior	Até 2 projetos
Gerente de projetos de tecnologia da informação	Até 4 projetos
Analista de Testes/Qualidade Pleno	Até 3 projetos

Analista de Testes/Qualidade Sênior	Até 3 projetos
-------------------------------------	----------------

O descumprimento total ou parcial dos "Requisitos de Formação da Equipe", descritos nesta seção, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência (Seção: Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento).

Não será permitido o acúmulo de funções descritas na tabela acima para um mesmo profissional, sendo possível o compartilhamento em times diferentes, conforme limite máximo previsto na tabela acima;

Requisitos de Metodologia de Trabalho

Tendo em vista os constantes avanços tecnológicos e a melhoria contínua dos processos e serviços do Contratante, todos os serviços a serem executados pela Contratada poderão ser operados em soluções, sistemas, infraestrutura, softwares e plataformas físicas ou virtuais, em infraestrutura própria do Contratante;

As atividades projetizadas deverão ser executadas de forma aderente à(s) metodologia(s) e guia(as) de gerenciamento de projetos adotadas pelo Contratante;

As tarefas e atividades de operação de serviços executadas pela Contratada deverão observar as políticas, normas e procedimentos institucionais estabelecidos pelo Contratante, bem como padrões e normativos gerais tais como SISP, ANSTI/TIA /EIA, ISO, ANBT e demais normas vigentes no âmbito da Administração Pública Federal;

Os serviços devem ser executados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação aplicável; bem como observando conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e ferramentas;

A Contratada deve supervisionar regularmente os seus recursos técnicos designados para a prestação dos serviços, atestando as condições em que as atividades estão sendo realizadas, não podendo, em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de tais ações;

A ausência de ferramentas proprietárias por parte do Contratante não impede de a Contratada fazer uso de soluções livres ou de código aberto (open source), desde que acordado previamente com o Contratante, para a execução das atividades mencionadas no Termo de Referência. Sendo assim, a Contratada não poderá alegar que inexistem soluções ou ferramentas para a execução das atividades inerentes ao serviço. Os casos omissos serão de deliberação exclusiva do corpo de fiscalização e gestão contratual, avaliando-os caso a caso dentro da margem de conveniência e oportunidade, satisfazendo sempre o interesse público;

Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Equipe de Gestão e Fiscalização Contratual, devidamente designada para esse fim;

A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim;

O objeto da contratação não envolve avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC;

A Contratada deve manter durante todo o período de execução contratual estrita aderência a todos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros.

A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte ou artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e o que lhe for transferido por meio de canal de conectividade, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos de levantamento de requisitos, construção, implantação e execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Aumento da eficiência energética;

Redução do consumo de papel, recursos de impressão e outros insumos não renováveis.

Indicação de marcas ou modelos(41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

Não se aplica ao objeto do contrato.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do contrato

Não se aplica ao objeto do contrato.

Da exigência da carta de solidariedade

Não se aplica ao objeto do contrato;

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da verificação de amostra do objeto

Não se aplica ao objeto do contrato.

Garantia da Contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 3% (três por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancários deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, prorrogável por igual período, a critério da Contratante.

No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Informações relevantes para apresentação da proposta

A PROPOSTA de preços deverá ser apresentada de acordo com o ANEXO B, contendo o resumo da proposta de preços e observando estritamente a descrição dos itens e os quantitativos listados no neste Termo de Referência de forma a garantir a sua exequibilidade e permitir seu julgamento. A proposta técnica de preços deverá ter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data da sessão pública.

A LICITANTE deverá declarar, no momento de sua PROPOSTA, que possui capacidade técnica adequada para executar o objeto da licitação atendendo aos critérios de qualidade e aos níveis de serviço exigidos, cumprindo os requisitos especificados para a presente contratação.

A PROPOSTA deverá ser redigida em Língua Portuguesa (pt-BR), salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em REAIS (R\$) e declaração expressa de que os serviços ofertados atendem aos requisitos técnicos especificados no TERMO DE REFERÊNCIA.

O LICITANTE é o único responsável pelas informações sobre tributos. Não caberá qualquer reivindicação para majoração de preço em virtude de possíveis equívocos cometidos. Efetuar-se-á a devida correção quando houver alteração da respectiva legislação tributária que rege a operação objeto do instrumento contratual, após a data estabelecida para apresentação da PROPOSTA;

Se houver indícios de que as propostas de preços apresentadas pelas Licitantes tornem o contrato inexecutável em todas ou em parte das exigências de cumprimento de obrigações contratuais, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, caberá à contratante, ao longo do processo licitatório ou a qualquer tempo, solicitar às mesmas Licitantes a demonstração de

exequibilidade do contrato. Estas deverão apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos do projeto, embasando, portanto, a decisão do contratante a respeito da desclassificação da proposta. Caso a demonstração da exequibilidade seja insuficiente, o Contratante poderá adotar os procedimentos previstos na IN nº 05/2017 - SLTI/MPOG.

A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objetivo da licitação.

Requisitos de Direitos Autorais e Propriedade Intelectual

Os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre todos artefatos produzidos ao longo do contrato são de propriedade da CONTRATANTE e que poderá compartilhar com outros órgãos públicos;

Todos os softwares e seus componentes desenvolvidos bem como as informações, imagens, aplicativos e documentos que forem produzidos, manuseados e utilizados, são de propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser repassados copiados, alterados ou absorvidos na relação de bens da CONTRATADA, bem como de seus executores;

Fica a CONTRATADA obrigada a guardar inteiro sigilo de todo software e seus componentes desenvolvidos bem como as informações, imagens, aplicativos, documentos e demais artefatos produzidos pela CONTRATADA durante a execução contratual. Os mesmos deverão ser entregues a CONTRATANTE, que terá o direito de propriedade irrestrito sobre eles, sendo vedada qualquer cessão, locação ou comercialização por parte da CONTRATADA a terceiros, conforme Termo de Confidencialidade e seus funcionários alocados na prestação de serviços, o Termo de Ciência conforme modelo anexo ao presente processo, anexos ao Termo de Referência, e em aderência à Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, que dispõe sobre a contratação de serviços de tecnologia da informação;

A CONTRATADA deverá entregar a CONTRATANTE todo e qualquer software e seus componentes desenvolvidos bem como as informações, imagens, aplicativos, documentos e demais artefatos produzidos decorrente da prestação de serviços, objeto da contratação, bem como cederá a CONTRATANTE, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos resultados produzidos durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, código-fonte, executáveis, páginas na Intranet/Internet e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia;

A CONTRATADA declara e garante que, para o cumprimento de suas obrigações relativas ao presente contrato, não infringirá patentes, licenças, copyright ou outros direitos de propriedade, nem violará quaisquer outros direitos de terceiros, inclusive royalties e taxas de licença, quer de pessoa física ou jurídica;

A utilização de componentes de propriedade da CONTRATADA ou de terceiros na construção dos programas ou quaisquer artefatos relacionados ao presente Termo de Referência, que possam afetar a propriedade do produto, deve ser formal e previamente autorizada pela CONTRATANTE. Caso ocorra, a CONTRATADA deverá fornecer esses componentes sem quaisquer ônus adicionais a CONTRATANTE.

Requisitos dos Recursos Materiais a serem disponibilizados

Os recursos materiais (hardware e softwares) necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATANTE, quando as atividades forem presencial;

Excepcionalmente, caso a execução seja realizada remotamente, a CONTRATADA só poderá fazer uso de Máquinas Virtuais a serem disponibilizadas pela CONTRATANTE para a execução das atividades de desenvolvimento, manutenção e sustentação de sistemas, utilizando os softwares licenciados pela CONTRATANTE ou gratuitos desde que mantidos os padrões de segurança que não comprometa a infraestrutura tecnológica do INEP.

Os softwares utilizados para a prestação dos serviços deverão estar devidamente licenciados. Softwares não licenciados não serão aceitos e não poderão ser instalados nas máquinas (virtuais ou físicas) disponibilizadas pela CONTRATANTE, não podendo portanto serem utilizados para as atividades correspondentes ao perfil profissional alocado;

Os profissionais que tiverem acesso ao ambiente computacional da CONTRATANTE, deverão assinar os Termos de Confidencialidade e o Termo de Ciência, conforme modelo disponibilizado pela CONTRATANTE anexos a este instrumento.

5. Papéis e Responsabilidades

São obrigações da CONTRATANTE:

Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;

Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens e/ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e posterior recebimento definitivo;

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADA;

Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

São obrigações do CONTRATADO

Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

Executar os serviços conforme as especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA e de sua PROPOSTA;

Reparar, refazer, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do CONTRATO, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados – ressalvada a aplicação de glosas e sanções pelo não cumprimento dos critérios de qualidade e/ou não atendimento a orientações do CONTRATANTE;

Arcar com todos os custos administrativos de sua responsabilidade relacionados ao OBJETO e à execução do CONTRATO, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

Informar prontamente ao CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à prestação dos serviços contratados que representem risco ao êxito da contratação ou o cumprimento de prazos exigidos, além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas - sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão;

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor total;

Zelar pelo cumprimento de leis e normas relativas à segurança e medicina do trabalho durante a execução de quaisquer serviços de sua responsabilidade nas instalações do CONTRATANTE. Assim como cumprir as normas do CONTRATANTE aplicáveis em suas instalações funcionais, inclusive regras de acesso e controles de segurança;

Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso às dependências do Inep, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus profissionais;

Observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Fornecer todos os materiais necessários à perfeita instalação, execução e funcionamento de suas atividades e a de seus profissionais quando exercidas remotamente;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Informar e solicitar, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, o descredenciamento dos profissionais desvinculados da prestação de serviços com o Inep;

Providenciar a assinatura, através do SEI, do Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo e das Normas de Segurança vigentes na CONTRATANTE, por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação. Conforme modelos anexos ao Termo de Referência;

Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.

6. Modelo de Execução do Contrato

Condições de execução

A CONTRATADA deverá prestar serviços técnicos especializados de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software com o uso de metodologias e equipes ágeis de natureza comum e continuado na DTDIE. Cabe ressaltar que o objeto da contratação não envolve avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC.

Cada funcionário da CONTRATADA seguirá o estabelecido nos Requisitos de Formação de Equipe, referente ao compartilhamento de perfil profissional por projeto, no tópico Requisitos de Formação de Equipe, conforme a respectiva Ordem de Serviço, de acordo com os requisitos previstos para os Perfis Profissionais estabelecidos neste Termo de Referência.

Os serviços objeto desta contratação deverão ser prestados de forma continuada, executados segundo os critérios de qualidade e níveis mínimos de serviços exigidos, conforme definições previstas neste Termo de Referência e seus Anexos.

A execução dos serviços poderá, a critério da CONTRATANTE, ocorrer com equipes ágeis mistas, compostas de profissionais interdisciplinares do quadro de pessoal da área requisitante/negócio da CONTRATANTE, conjuntamente com os funcionários da CONTRATADA, trabalhando de forma colaborativa para obtenção dos melhores resultados.

A CONTRATADA poderá sugerir alterações nas metodologias, técnicas e ferramentas. As sugestões serão analisadas e poderão ser homologadas pelo CONTRATANTE e incorporadas ao acervo técnico, sem ônus adicional ao Contratante. O quantitativo de profissionais a serem diretamente envolvidos para prestação de serviços deverá ser dimensionado pela CONTRATADA de forma a garantir o atendimento das demandas de acordo com os níveis mínimos de serviços exigidos.

As atividades desenvolvidas e desempenhadas pelos profissionais da CONTRATADA, conforme detalhadas no ANEXO K não serão objeto de cobranças adicionais pela CONTRATADA, ou seja, os custos deverão estar inclusos na formação de preço da proponente.

Não haverá relação de subordinação hierárquica entre os funcionários da CONTRATADA e a CONTRATANTE. No modelo de execução dos serviços, a comunicação corrida entre as equipes da CONTRATADA e as demais partes atuantes do arranjo laboral não configuram transmissão de ordens entre as partes, mas simples intercâmbio de informações.

Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser formalmente dirigidas ao PREPOSTO da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos funcionários terceirizados devem ser dirigidas ao PREPOSTO.

O PREPOSTO não poderá acumular papel, cobrir requisitos de qualificação técnica ou ser substituto de profissionais, na operação técnica da prestação dos serviços contratados;

O preposto deverá possuir ensino superior completo na área de tecnologia da informação (ou áreas correlatas), ter experiência em gestão de serviços terceirizados e conhecimentos acerca de processo de desenvolvimento de software baseado em Scrum e Kanban, com pelo menos 5 anos de experiência comprovada por meio de contratos de trabalho ou outros documentos equivalentes. Sua qualificação deverá ser comprovada por meio de certificado(s) e/ou comprovante(s) de conclusão de curso e currículo atualizado.

O preposto é responsável por acompanhar a execução dos serviços e evitar que o relacionamento entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA possa configurar ingerência nas atividades da CONTRATADA.

O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados e demais assuntos relativos à execução contratual;

O preposto deverá participar de reuniões sempre que solicitado pela CONTRATANTE para discutir o andamento da execução contratual;

Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços quando presenciais serão executados no ambiente da CONTRATANTE na cidade de Brasília-DF, no Edifício Sede, atualmente localizado no SIG, Quadra 04, Lote 327, Zona Industrial CEP: 70610-908, mas poderão ser executados em qualquer outra instalação na cidade de Brasília-DF que a CONTRATANTE designar. O local de execução dos serviços será estabelecido pela CONTRATANTE no ato da solicitação dos serviços.

Para perfis profissionais que atuarem de forma remota, A CONTRATANTE disponibilizará, no próprio Órgão, a infraestrutura necessária, exceto os computadores de uso dos profissionais da CONTRATADA, assim como links de acesso de internet e/ou outras necessidades que dependam para execução dos serviços a serem prestados, conforme condições contidas no ANEXO I deste documento.

Os custos decorrentes de deslocamento e hospedagem dos profissionais da CONTRATADA correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

Em situações emergenciais (como por exemplo a ocorrida no período da pandemia de Covid-19), e com prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, alguns serviços poderão ser atendidos de forma remota, fora do ambiente da CONTRATANTE, desde que não impliquem em prejuízo das condições estabelecidas neste documento para a execução de tais serviços. Nesse caso, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, link de acesso aos ambientes da CONTRATANTE, bem como garantir a compatibilidade entre seu ambiente e o ambiente da CONTRATANTE.

Os serviços devem ser executados preferencialmente de forma presencial;

A critério da CONTRATANTE, na conveniência e oportunidade, os serviços poderão ser prestados remotamente, desde que o percentual de profissionais que atuam remotamente não ultrapasse 50% dos perfis profissionais alocados;

O horário padrão de trabalho será de segunda a sexta-feira das 7h00 às 19h00;

As atividades que demandam qualquer tipo de serviço que possam gerar impacto no funcionamento desta Autarquia e/ou de seus sistemas, como por exemplo Censos Básico e Superior, Exames Básicos e Superior, deverão ser executadas prioritariamente fora do horário normal de expediente. Sendo que, todo e qualquer serviço eventualmente executado fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, seja no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do CONTRATANTE, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores devidos à CONTRATADA.

Os serviços eventualmente realizados fora do horário de expediente, aos sábados, domingos e feriados, seja no ambiente da CONTRATADA, remotamente ou no ambiente do Inep, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fazer a gestão da compensação da carga horária dos seus colaboradores.

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário. Além disso, deve disponibilizar:

Estação de trabalho e conectividade por funcionário ;

Softwares de escritório, de desenvolvimento, modelagem, acesso a banco de dados, produtividade, colaboração, ferramentas CASE por funcionário;

Softwares de segurança tais como: endpoint protection, firewall, IPS;

Acesso a VPN por funcionário.

A disponibilização dos Materiais descritos nesta seção deverá ser realizada sem ônus adicional à CONTRATANTE.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

A demanda do Inep tem como base as seguintes características:

Adoção da MDS-MINFRA, que é baseada em metodologias ágeis, e define os padrões a serem adotados pela contratada;

Prestação preferencialmente presencial dos serviços;

Modelo que dimensiona a Ordem de Serviços por alocação de perfil profissional, mas vincula o pagamento aos resultados gerados e níveis de serviços obtidos;

Requisitos temporais para mobilização da equipe;

Contagem realizada por profissional certificado da contratada, não necessariamente por um que esteja como perfil profissional alocado;

Em virtude de exames e censos do Ensino Básico e Superior ocorrerem aos finais de semana planejados, sempre que acionada e sem custos adicionais para a CONTRATANTE, a CONTRATADA deve indicar os perfis profissionais necessários para atuação e /ou acompanhamento nos plantões, conforme quantitativos indicados abaixo:

Arquiteto de Software - Até 1 perfis disponíveis;

Desenvolver - Até 3 perfis disponíveis;

Analista de Testes/Qualidade - Até 1 perfil disponível;

Gerente de Projetos - Até 1 perfil disponível;

Especificação da garantia do serviço

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- A entrega de versões finais dos produtos e da documentação, em ambiente ou biblioteca de versionamento de código indicado pela Contratante;
- A transferência de conhecimentos;
- A devolução de recursos, inclusive crachás disponibilizados pela Contratante;
- A revogação de perfis de acesso, a eliminação de caixas postais, dentre outras, conforme o disposto no art. 35 da IN 94 /2022 SGD/ME.

O Contratado deverá, em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133/2021, participar de atividades de transição contratual e transferir para a Contratante e/ou para outra empresa por este indicada todo o conhecimento gerado na execução do(s) serviço(s), incluindo dados, documentos e elementos de informação utilizados;

A transição final dos serviços refere-se ao processo de finalização da prestação dos serviços pelas empresas contratadas ao final de cada contrato;

O contrato será considerado cumprido integralmente após a comprovação - pela empresa contratada - do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS, referentes à mão-de-obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias;

Na transição final, o conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução do projeto ou serviços contratados, deverão ser disponibilizados à Contratante ou empresa por ela designada, por meio de um Plano de Transição, em até 60 (sessenta) dias corridos antes do encerramento do contrato.

A Contratante poderá estabelecer prazo inferior para confecção do Plano de Transição caso haja rescisão contratual;

A data de início de execução do Plano de Transição será determinada pela Contratante, e a sua duração não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias corridos.

O Plano de Transição deverá tratar, no mínimo, dos seguintes tópicos: profissionais envolvidos; papéis e responsabilidades; cronograma do repasse de conhecimento contendo as etapas e atividades com suas respectivas datas de início e término, os

produtos gerados, os recursos envolvidos e os marcos intermediários; relação das Ordens de Serviço por ventura canceladas em razão do encerramento do contrato, com relatório detalhado da parte dos serviços executados; e a relação de documentos e artefatos produzidos durante a execução contratual.

Nenhum pagamento será devido ao Contratado pela elaboração ou pela execução do Plano de Transição.

O fato de o Contratado ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela Contratante, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de Contrato, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos causados à Contratante por esta falha.

Quantidade mínima de bens e serviços para comparação e controle

Cada Ordem de Serviço conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no ANEXO A;

Mecanismos formais de comunicação

São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes meios:

- Ordem de serviço;
- Ata de reunião;
- Ofício;
- Sistema de abertura de chamados e controle de demandas;
- E-mails e cartas;
- Arquivos de gravação ou reuniões por videoconferência (essas reuniões serão gravadas a critério da Contratante);
- Aplicativos de comunicação instantânea ou qualquer outra ferramenta de comunicação institucional adotada e homologada pela Contratante.

Formas de Pagamento

Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos **ANEXOS C e D**.

Descrição dos eventos do período de ambientação

Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA terá um prazo máximo de 30 dias para alocação dos profissionais. Exaurido esse prazo, em caso de eventual não alocação dos profissionais de TI necessários, será previsto a aplicação de sanções;

Os prazos para o início da prestação dos serviços, podem ser prorrogadas, a critério do Inep, uma única vez, desde que motivadamente solicitada ainda sob a vigência do prazo para a prática do ato;

Durante o período de implantação operacional, limitado aos 90 (noventa) dias posteriores ao início da execução, a Contratada deverá adotar todas as medidas de sua competência para assegurar a execução satisfatória dos serviços – incluindo ajustes, alinhamento e/ou adequação de seus processos de trabalho;

Os primeiros 90 (noventa) dias após o início da execução dos serviços serão considerados como período de estabilização /transição. As metas de Níveis Mínimos de Serviço serão implementadas gradualmente durante esse período, de modo que a contratada possa realizar a adequação necessária progressivamente e alcançar, ao término desse período, o desempenho esperado pelo Inep. Para tanto, serão consideradas as seguintes metas:

Para o 1º mês de execução contratual: 30% de cada uma das metas;

Para o 2º mês de execução contratual: 60% de cada uma das metas;

Para o 3º mês de execução contratual: 90% de cada uma das metas;

A partir do 4º mês de execução contratual: 100% de cada uma das metas

Caso a CONTRATADA não cumpra o mínimo definido acima, poderá ser aberto processo apuratório de responsabilidade por descumprimento contratual, cuja gravidade será atribuída no momento da abertura do processo pelo gestor do contrato, podendo gerar a rescisão contratual;

Caso a CONTRATADA não cumpra o mínimo de alocação dos perfis profissionais, conforme estabelecido no Quantitativo de bens e serviços que compõem a solução, item 2.13 deste documento, será aberto processo apuratório de responsabilidade por descumprimento contratual, cuja gravidade será atribuída no momento da abertura do processo pelo gestor do contrato, acarretando rescisão contratual;

Após os 90 dias iniciais de operação, a CONTRATADA deverá atingir 100% (cem por cento) das metas estabelecidas nos Indicadores de Nível Mínimo de Serviços;

Durante o período de implantação operacional, todos os profissionais/equipe da contratada deverão estar disponíveis para atendimento das demandas. Ainda durante esse período, os níveis de serviço serão normalmente apurados, havendo ocorrência de descumprimento de metas, as glosas serão aplicadas.

Durante o período de ambientação, a Contratada deverá tirar todas as dúvidas que, por ventura, venham a existir, para que essa possa assumir os serviços de forma segura, organizada e produtiva;

A simples aplicação de redutor por descumprimento dos indicadores Níveis Mínimos de Serviços (NMS) não exime a CONTRATADA de outras sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

Da Formalização da demanda

A formalização para início da prestação dos serviços deve ser realizada por meio de Ordem de Serviço (OS);

A Ordem de Serviço deve ser elaborada conforme Anexo A e encaminhada pelo Gestor do Contrato;

A Contratante poderá configurar a Ordem de Serviço assim como os demais artefatos envolvidos nesse documento em ferramenta disponível em seu ambiente;

Encaminhadas as demandas à CONTRATADA, mediante Ordem de Serviço, a ciência do PREPOSTO deve ser registrada em até, no máximo, 1 (dia) útil após recebimento do documento, na forma hábil pactuada entre as partes (inclusive por intermédio de sistema informatizado). Decorrido esse prazo e não firmada a ciência espontânea, o CONTRATANTE considerará a Ordem de Serviço como recebida pela CONTRATADA;

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá se recusar a prestar os serviços contratados, negando o recebimento ou o atendimento à Ordem de Serviço, exceto nas situações previstas em Lei;

O faturamento mensal da CONTRATADA se dará de acordo com os serviços prestados e que forem efetivamente solicitados via emissão de Ordens de Serviço, aplicados os ajustes decorrentes do não cumprimento dos níveis mínimos de serviços, se houver;

A disponibilização da CONTRATADA para alocação do perfil profissional será feita sob demanda da CONTRATANTE, formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS), indicando a quantidade e as especialidades dos profissionais a serem disponibilizados. A OS determinará a demanda por funcionário para prestação do serviço contratado para o período específico. Quando não houver OS aberta, não deverá haver a disponibilização de funcionários da CONTRATADA e, consequentemente, não haverá serviço a ser remunerado;

O quantitativo de perfil profissional alocado demandados nunca excederá o máximo previsto para cada item que compõe o objeto, independentemente do número de Ordens de Serviços abertas;

Da Alocação dos profissionais de TI

Os profissionais de TI serão alocados conforme quantitativos e perfis previstos nas ordens de serviço, a cargo do Gestor do Contrato;

O prazo máximo para que o Contratado alocue os profissionais de TI será definido nas ordens de serviço pela CONTRATANTE.

O Contratado poderá iniciar a execução da ordem de serviço em prazo inferior ao estabelecido, desde que acordado entre as partes e atendido aos demais requisitos constantes da ordem de serviço.

O serviço será prestado por meio de alocação de perfil profissional previstos na Ordem de Serviço até que esta seja finalizada. A CONTRATADA será remunerada pelo serviço prestado no âmbito desta Ordem de Serviço de acordo com os perfis profissionais efetivamente ocupados no período, observando os níveis mínimos de serviços definidos.

Exaurido o prazo para disponibilização dos funcionários da CONTRATADA, eventual não alocação do perfil profissional correspondente ensejará em desconto, conforme o item do Termo de Referência.

Após a disponibilização do perfil pela CONTRATADA para prestação do serviço, caso a CONTRATANTE identifique nos primeiros dias que este funcionário não atende aos requisitos dos Perfis Profissionais exigidos, a CONTRATADA será notificada sobre a devolução do profissional e a aplicação das sanções e reduções previstas;

Caso um funcionário da CONTRATADA não atenda aos requisitos dos Perfis Profissionais exigidos, o funcionário não será mais aceito pela CONTRATANTE na prestação do serviço a partir da notificação formal à CONTRATADA. A alocação de funcionário da CONTRATADA que não atender aos requisitos dos Perfis Profissionais exigidos por 3 vezes consecutivas ou por 6 vezes alternadas no período de 6 meses, independente do perfil, poderá caracterizar inexecução parcial do Contrato, sem prejuízo na aplicação das sanções relativas a cada infração contratual.

Uma vez solicitado o serviço, a CONTRATADA deverá alocar profissionais, de acordo com os perfis e serviços definidos no Termo de Referência e anexos, em tempo hábil para execução das atividades e condições estabelecidas nas ordens de serviço. Informações acerca do perfil (is) alocado deverão fazer parte do processo da ordem de serviço, de modo a permitir aferição dos requisitos contratuais.

A critério do CONTRATANTE, as ferramentas utilizadas nos processos e os modelos e padrões dos produtos e artefatos poderão ser atualizados em razão de evolução tecnológica ou metodológica, devendo a CONTRATADA se adequar em até 30 (trinta) dias corridos. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, visando promover melhorias e/ou correções no processo, alterar o protocolo de gestão de ordens de serviços, desde que respeitadas as premissas definidas em EDITAL e mediante prévia comunicação à CONTRATADA;

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá se recusar a prestar os serviços contratados, negando o recebimento ou o atendimento à Ordem de Serviço, exceto nas situações previstas em LEI;

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução dos serviços impactando os prazos, os custos ou a qualidade a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelo CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério do CONTRATANTE, implicar a não aceitação das justificativas;

O faturamento da CONTRATADA se dará de acordo com os serviços prestados e que forem efetivamente solicitados via emissão de Ordens de Serviço, aplicados os ajustes decorrentes do não cumprimento dos níveis mínimos de serviços, se houver;

As Ordens de Serviço somente serão encerradas, atestadas e validadas, para fins de cumprimento dos níveis mínimos de serviço, quando os objetivos propostos forem plenamente atingidos, os produtos e serviços realizados e entregues conforme a qualidade demandada e aprovada pela equipe de fiscalização do CONTRATANTE.

Uma requisição de serviço ou incidente encerrado sem que tenha sido de fato resolvido será reaberto e os prazos originais serão mantidos. Em caso de não cumprimento das metas de atendimento, resolução e qualidade (Níveis Mínimos de Serviço) serão aplicados os ajustes no faturamento de acordo com as regras previstas.

Da Execução das Ordens de Serviço

Durante a execução dos serviços deste Termo de Referência, deve ser utilizada a ferramenta disponibilizada pela Contratante para abertura e acompanhamento de chamados capaz de: fornecer um número de registro único para acompanhamento de cada chamado; acompanhar a execução dos chamados; e comunicar à CONTRATANTE qualquer mudança na situação de chamados.

Para viabilizar a gestão dos serviços prestados, poderá ser utilizado o software livre *Redmine*, complementada ou não por outras ferramentas livre ou públicas, para o registro e controle de requisições de serviços, registro e acompanhamento dos níveis de serviço acordados, monitoramento, repositório de documentação (base de conhecimento), abertura de intercorrências, demandas de garantia de serviços etc. A CONTRATADA poderá propor outra solução de gestão de serviço, que deve ser aprovada pelo CONTRATANTE.

A execução, acompanhamento e encerramento de todas as ordens de serviços e chamados deverá ser realizada por ferramentas informatizadas. A critério da Contratante, a CONTRATADA poderá implantar, modificar e customizar a ferramenta para atender todos os requisitos necessários para a execução das ordens de serviço, sem custo adicional à contratante.

A assinatura do Termo de Recebimento Provisório (TRP), ANEXO E, ocorrerá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a prestação dos serviços contidos na ordem de serviço.

O ateste de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

O aceite definitivo será efetuado por servidores designados pela CONTRATANTE, que elaborarão relatório para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas.

Os profissionais de TI alocados serão avaliados por meio de metas de produtividade aferidas pelos indicadores de níveis mínimos de serviços.

A CONTRATANTE promoverá o intercâmbio de informações diretamente com os prestadores de serviço para a execução de tarefas, e exercerá a fiscalização quanto aos resultados esperados pelos serviços nos termos deste Termo de Referência, sem que haja a subordinação dos profissionais alocados a quaisquer servidores da CONTRATANTE;

A CONTRATANTE deverá verificar a conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das condições previstas no Termo de Referência;

A fiscalização do contrato deverá monitorar o nível de qualidade dos serviços prestados e intervir para requerer ao CONTRATADO a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

Caso a CONTRATANTE verifique que um ou mais profissionais não estão executando o serviço com a qualidade e produtividade necessárias, a CONTRATANTE poderá recusar o profissional e solicitar motivadamente sua troca.

Em virtude de fatores como prazo do projeto, volume e ritmo de demandas, poderá ser solicitada a redução ou o acréscimo de perfis profissionais na ordem de serviço, respeitando os limites máximos permitidos e a produtividade esperada.

Em virtude de exames e censos do Ensino Básico e Superior ocorrerem aos finais de semana planejados, sempre que acionada e sem custos adicionais para a CONTRATANTE, a CONTRATADA deve indicar os perfis profissionais necessários para atuação e/ou acompanhamento nos plantões, conforme quantitativos indicados abaixo:

Arquiteto de Software - Até 1 perfis disponíveis;

Desenvolver - Até 3 perfis disponíveis;

Analista de Testes/Qualidade - Até 1 perfil disponível;

Gerente de Projetos - Até 1 perfil disponível;

O quantitativo dos profissionais de TI demandados está limitado a quantidade máxima prevista para cada item que compõe o objeto, independentemente do número de ordens de serviço abertas;

No caso de substituição ou inclusão de empregados do Contratado, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência e Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados;

Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Equipe de Gestão e Fiscalização Contratual, devidamente designada para esse fim, permitida a assistência de terceiros; O Contratado deve, ao término de cada Ordem de Serviço, repassar todos os documentos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação de programas, diagramas e especificações.

Formas de Transferência de Conhecimento

A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

O Contratado deverá realizar o repasse de conhecimento à equipe de técnicos da Contratante, ou outra por ela indicada, sobre o processo de desenvolvimento das soluções desenvolvidas e implantadas, ou produtos fornecidos no escopo do contrato, repassando todo o conhecimento necessário para tal, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade de serviços e de dependência técnica.

A transferência de conhecimento, no uso das soluções desenvolvidas pelo Contratado, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a Contratante, em eventos específicos de transferência de conhecimento, preferencialmente de forma presencial quando houver informações consideradas pela Contratante com potencial de comprometimento da segurança da informação.

O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pela Contratante.

A transferência de conhecimento, direcionada aos técnicos indicados pela Contratante, deverá ser focada na solução adotada, de forma que haja transferência do conhecimento da tecnologia utilizada em todo o processo de desenvolvimento e manutenção da solução de software, incluindo levantamentos, construção, testes e implantação.

Ao final da transferência, os técnicos da Contratante, ou de outra empresa por este indicada, deverão ser capazes de realizar a instalação, a manutenção e a evolução das funcionalidades das soluções de software trabalhadas pelo Contratado na vigência do contrato.

A Contratante poderá solicitar ao Contratado a formatação e realização de workshop para transferência do conhecimento técnico e operacional da solução à equipe técnica da Contratante.

- Entre os assuntos, devem-se constar a interação e o manuseio da solução de software e demais aplicativos auxiliares, explanação da documentação criada, detalhes da implementação, modo de armazenamento de dados e integração com outras soluções da Contratante, e informações que possam capacitá-los a sustentar a tecnologia oferecida.
- O plano do workshop deve ser elaborado pelo Contratado com o apoio da Contratante e ser entregue pelo menos cinco dias úteis anteriores ao início do workshop.
- O workshop deverá contar com material didático desenvolvido pelo Contratado, ser realizado em local definido pela Contratante, dividido em turmas de acordo com a capacidade física do local e do tipo de transferência e ocorrerá pelo menos 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do contrato.

A transferência de conhecimento poderá ser substituída, a critério da Contratante, por repasse documental definido entre as partes.

Mecanismos de Controle

As atividades de controle e fiscalização da execução serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática pela equipe de gestão e fiscalização do contrato.

A fiscalização técnica do objeto será promovida por meio da verificação da qualidade dos produtos entregues, do atingimento das metas de produtividade previamente estabelecidas na Ordem de Serviço, da observância aos prazos máximos definidos e da alocação dos perfis profissionais conforme qualificação mínima prevista.

O fiscal administrativo promoverá a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias:

- No início da execução dos serviços contratados;
- Durante a execução das Ordens de Serviços;
- Quando da rescisão do contratado.

A fiscalização das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias será realizada em consonância com os termos da Instrução Normativa Seges/MP N° 5, de 26 de maio de 2017, e seus anexos e alterações posteriores;

Será verificado o cumprimento das seguintes vedações:

Praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

1.

Emitir ordens diretas do Contratante aos terceirizados que configure grau de subordinação, exceto atividades de comunicação ágil entre os times/equipes;

2.

Eventuais reclamações ou cobranças diretamente aos empregados terceirizados;

3.

Subordinação dos profissionais alocados a quaisquer servidores da Contratante;

4.

Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;

5.

Promover ou aceitar o desvio de funções dos funcionários do Contratado;

6.

Considerar os funcionários do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão;

7.

Promover a negociação de folgas ou a compensação de jornada, uma vez que essa conduta é exclusiva do Contratado.

Prever que o próprio Contratado materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

Utilização de funcionário que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Contratante para a execução dos serviços.

Contabilizar como perfis profissionais, para efeito do dimensionamento, funções administrativas, comerciais, estratégicas ou negociais das empresas, a exemplo de: prepostos, secretárias, assistentes, representantes comerciais, gerentes de contas, pontos focais, auxiliares administrativos, diretores, executivos, entre outros de mesma natureza;

A fiscalização técnica avaliará a cada 3 meses a execução do objeto e utilizará o modelo de indicadores previstos, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos sempre que o Contratado:

Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Da adoção de Ferramentas e Softwares

Para os serviços remotos e presenciais, o CONTRATADO deverá adquirir, às suas expensas, a infraestrutura, ferramentas, softwares, componentes e o que mais for necessário para execução dos serviços e em conformidade com os padrões, políticas e metodologias da Contratante.

É de responsabilidade exclusiva do Contratado a aquisição da infraestrutura para a prestação dos serviços dos seus profissionais, bem como os softwares de apoio, não havendo qualquer responsabilidade reversa a Contratante concernente à titularidade dos direitos de propriedade, inclusive os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

É possível a adoção de ferramentas fornecidas pelo Contratado desde que seja autorizado previamente pela Contratante e que seja assegurado pelo Contratado, no mínimo:

- O fornecimento periódico à Contratante em formato aberto, dos dados e informações gerados pela ferramenta;
- A não dependência tecnológica, seja por restrição de licenciamento de software ou necessidade de aquisição de outras tecnologias proprietárias para o funcionamento das aplicações.
- No caso da autorização, por meio da CONTRATANTE, para realização de trabalho remoto, a CONTRATADA só poderá acessar os ambientes de desenvolvimento, homologação, produção e outros ambientes do INEP, por meio de infraestrutura própria do INEP como Máquina Virtual ou VPN, não podendo a CONTRATADA executar os serviços por meio de equipamento próprio e local, devido a questões de segurança como propriedade intelectual do trabalho a ser executado.

Características da ferramenta de requisição de serviços

Para viabilizar a gestão dos serviços prestados, será utilizado o software livre Redmine, disponível no ambiente do Inep, complementada ou não por outras ferramentas livres ou públicas, para o registro e controle de requisições de serviços, registro e acompanhamento dos níveis de serviço acordados, monitoramento, repositório de documentação (base de conhecimento) etc. A CONTRATADA poderá propor outra solução de gestão de serviço, que deve ser aprovada pelo CONTRATANTE.

O objetivo da (s) ferramenta (s) deve ser a obtenção de elevado padrão de desempenho, controle e qualidade na prestação de serviços da CONTRATADA, além de permitir a preservação do conhecimento do negócio e sistemas por parte do Inep.

Caso mais de uma ferramenta seja utilizada para o conjunto de funcionalidades requeridas, a CONTRATADA deverá realizar todas as customizações necessárias para a integração entre elas. O custo das eventuais licenças de uso das ferramentas durante o período de contratação e da sua customização e integração é ônus exclusivo da CONTRATADA.

7. Modelo de Gestão do Contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN nº 94/2022 SGD/ME e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022). Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

O preposto deverá possuir ensino superior completo na área de tecnologia da informação (ou áreas correlatas), ter experiência em gestão de serviços terceirizados e conhecimentos acerca de processo de desenvolvimento de software baseado em Scrum e Kanban, com pelo menos 5 anos de experiência comprovada por meio de contratos de trabalho ou outros documentos equivalentes. Sua qualificação deverá ser comprovada por meio de certificado(s) e/ou comprovante(s) de conclusão de curso e currículo atualizado.

Reunião Inicial

Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10(dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

A pauta desta reunião observará, pelo menos:

Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. Critérios de Medição e Pagamento

A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base em Níveis de Serviço definidos nesta seção. Níveis de serviço são indicadores mensuráveis, estabelecidos pela Entidade, capazes de aferir objetivamente os resultados pretendidos com as respectivas contratações.

A aferição dos níveis de serviço poderá ser realizada trimestralmente pelos fiscais do contrato, referente às Ordens de Serviço encerradas no período, podendo este prazo ser menor desde que existam ordens de serviço finalizadas.

O não cumprimento dos valores mínimos/máximos exigidos nos indicadores ensejará em sanções de acordo com o estipulado na seção relativa a sanções.

Deverão ser apurados, pelos fiscais técnicos, e quando necessário o fiscal requisitante, os seguintes indicadores para cada OS:

Indicador de Aceitação de Sprint/Entrega(IAS);

Indicador de Produtividade Ágil (IPA);

Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional(IPP);

Indicador de Qualidade de Código (IQC);

Indicador de Satisfação do dono do Produto(ISP);

Indicador de Tratamento de Intercorrências(ITI);

O pagamento da CONTRATADA será proporcional ao atendimento da meta estabelecida e adequado à conformidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente obtidos em função do Indicador de Satisfação do INEP (ISI), que variará entre os valores 0 (zero) e 1 (um), cujo valor será a soma das ponderações dos seguintes componentes:

Indicador	Sigla	Peso
-----------	-------	------

Indicador de Aceitação de Entrega(IAE)	IAE	0,3
Indicador de Produtividade Ágil (IPA)	IPA	0,2
Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional(IPP)	IPP	0,1
Indicador de Qualidade de Código (IQC)	IQC	0,2
Indicador de Satisfação do dono do Produto(ISP)	ISP	0,1
Indicador de atendimento aos prazos de chamados de Sustentação	IAP	0,1

Em virtude da criticidade que os sistemas do Inep possuem e o impacto que pode refletir na imagem do órgão para o cidadão, o Indicador de Atendimento de Incidente(IAI) não fará parte para cálculo do Indicador de Satisfação do Inep(ISI), tendo sua própria regra de aplicação de glosa perante o faturamento da contratada;

Ocorrências não causadas pela ação ou omissão da CONTRATADA e que interfiram no cálculo de qualquer um dos indicadores acima ou na aplicação de sanções administrativas deverão ser abonados pelo Fiscal Técnico, desde que tenham sido devidamente registrados, pela CONTRATADA exclusivamente no sistema de controle das demandas e atividades disponibilizado pelo CONTRATANTE.

A remuneração da CONTRATADA vincular-se-á ao alcance do Indicador de Satisfação do Inep (ISI) de ao menos 0,95, abaixo da qual a CONTRATADA sujeitar-se-á a notificações e adequações no pagamento, de acordo com as regras aqui dispostas e com as regras e procedimentos dos indicadores abaixo:

A Contratante deverá aferir periodicamente o **Indicador de Aceitação da Entrega (IAE)**, com o objetivo de verificar se as demandas planejadas nas entregas foram executadas no tempo e com qualidade, conforme quadro a seguir:

Finalidade	Garantir a qualidade das entregas
Meta a cumprir	IAE igual ou superior a 75%
Forma de acompanhamento	São apuradas a quantidade total de entregas no período, a quantidade de entregas que foram aceitas integralmente e a quantidade de entregas aceitas parcialmente.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo (%)	<p>É feita uma relação de proporção entre a quantidade de entregas aceitas integralmente e parcialmente junto ao total, chegando a um valor percentual:</p> $IAE = \frac{(Q_i + Q_p/3) \times 100}{Q_t}$ <p>Onde:</p> <p>IAE = Indicador de Aceitação da Entrega;</p> <p>Q_i = Quantidade de entregas aceitas integralmente;</p>

	<p>Qp = Quantidade de entregas aceitas parcialmente;</p> <p>Qt = Quantidade total de entregas enviadas para aceite.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Faixas de ajuste:	<p>IAE >= 75%: sem impacto no Índice de Satisfação do INEP (ISI)</p> <p>IAE >= 65% e < 75%: 10% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI)</p> <p>IAE >= 55% e < 65%: 20% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI)</p> <p>IAE < 55%: 30% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI)</p>
Observações	<ul style="list-style-type: none"> O peso das entregas aceitas integralmente deve ser maior que o das aceitas parcialmente. Nessa fórmula específica, o peso das entregas aceitas integralmente é três vezes maior que o das aceitas parcialmente. Para efeitos desse indicador, não são contabilizadas entregas rejeitadas, pois não atendem aos critérios mínimos de aceitação previamente estabelecidos. Fica a critério do Fiscal Técnico e/ou Requisitante o abono sobre as entregas consideradas parciais.

A CONTRATANTE deverá aferir mensalmente o **Indicador de Produtividade Ágil (IPA)**, com o objetivo de monitorar o alcance das metas de produtividade, conforme quadro a seguir:

Finalidade	Garantir a produtividade das equipes ágeis, em termos do alcance de metas aferidas por meio de métricas de software , observando os critérios de qualidade e de aceitação definidos, bem como mensuração em termo de produto ou resultado entregue.
Meta a cumprir	IPA igual ou superior a 90%
Forma de acompanhamento	Afere-se a produtividade realizada no período, considerando as metas de produtividade previamente estabelecidas na ordem de serviço, conforme descrito no item Metas de Produtividade deste Termo de Referência, que podem variar por projeto, tecnologia, modalidade ou métrica adotada..
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo (%)	<p>IPA = 100 * (Pr / Pp)</p> <p>Onde:</p> <p>IPA = Indicador de Produtividade Ágil;</p> <p>Pr = Produtividade realizada no período para os perfis profissionais alocados, em função da métrica de software previamente estabelecida;</p> <p>Pp = Produtividade prevista no período para os perfis profissionais alocados, em função da métrica de software previamente estabelecida.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Faixas de ajuste:	<p>IPA >= 90%: sem impacto no Índice de Satisfação do Inep(ISI)</p> <p>IPA >= 80% e < 90%: 10% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IPA >= 70% e < 80%: 20% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IPA >= 60% e < 70%: 30% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p>

	IPA >= 50% e < 60%: 40% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI). IPA < 50%: 50% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).
Observações	<ul style="list-style-type: none"> Esse indicador é individualmente calculado para cada período previsto, mantendo-se a vinculação às Ordens de Serviço; A produtividade será aferida por meio de metas de produtividade em Tamanho Funcional ou em Linhas de Código, prevista em cada Ordem de Serviço a critério da CONTRATANTE, observando a produtividade mínima definida no item Metas de Produtividade deste Termo de Referência.

A CONTRATANTE deverá aferir mensalmente o **Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional (IPP)**, com o objetivo de avaliar individualmente os profissionais de TI alocados, conforme quadro a seguir

Finalidade	Assegurar que os profissionais alocados nos perfis profissionais agreguem valor ao time por meio de contribuições técnicas e participação ativa no processo.
Meta a cumprir	IPP mínimo de 90%.
Forma de acompanhamento	Avaliação periódica por meio de questionário estruturado baseado em critérios e pontuações previamente definidas com enfoque nas seguintes dimensões: a) Demonstração de conhecimento técnico; b) Assiduidade; c) Comunicação e iteração com a equipe.
Periodicidade	Mensalmente, por perfil alocado
Instrumentos de medição	Ordem de Serviço e questionário de avaliação individual do perfil profissional (Anexo L)
Mecanismo de cálculo (%)	$IPP = 100 * (\Sigma Pafr / \Sigma Ptot)$ <p>Onde:</p> <p>IPP = Indicador de avaliação individual do Perfil Profissional</p> <p>$\Sigma Pafr$ = Somatório de Pontuação aferida.</p> <p>$\Sigma Ptot$ = Somatório de Pontuação total máxima possível para todos os critérios estabelecidos.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Faixas de ajuste:	<p>IPP >= 90%: sem impacto no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IPP >= 80% e < 90%: 1% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IPP >= 70% e < 80%: 2% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IPP < 70%: 3% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p>
Observações	<ul style="list-style-type: none"> A avaliação dos perfis profissionais será realizada pela equipe de fiscalização e gestão do contrato com o apoio do respectivo dono de produto ou representantes da contratante que acompanharam a execução dos serviços.

A CONTRATANTE deverá aferir mensalmente o **Indicador de qualidade de código (IQC)**, com o objetivo de assegurar a qualidade técnica dos serviços prestados baseada em padrões pré-estabelecidos, conforme quadro a seguir:

Finalidade	Assegurar a qualidade do código em projetos de desenvolvimento e/ou sustentação e diminuir a ocorrência de defeitos e medir o nível de adequação do código fonte a características de qualidade determinadas pela contratante
Meta a cumprir	$\geq 90\%$
Forma de acompanhamento	A aferição será realizada por meio de ferramentas automatizadas.
Periodicidade:	Por período previamente definido, seja em termos de sprints executadas ou releases homologadas.
Mecanismo de cálculo (%)	$IQC = 100 * (\Sigma Q_{rc} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde:</p> <p>IQC = Indicador de qualidade de código;</p> <p>ΣQ_{rc} = Somatório da Quantidade de requisitos de qualidade de código atendidos;</p> <p>ΣQ_{tr} = Somatório da Quantidade total de requisitos de qualidade de código avaliados.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Faixas de ajuste:	<p>IQC $\geq 90\%$: sem impacto no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IQC $\geq 80\%$ e $< 90\%$: 10% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IQC $\geq 70\%$ e $< 80\%$: 20% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IQC $\geq 60\%$ e $< 70\%$: 30% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IQC $\geq 50\%$ e $< 60\%$: 40% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>IQC $< 50\%$: 50% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>Problemas de qualidade no código-fonte do software pré-existent à abertura da OS devem ser desconsiderados na aferição do IQC.</p>
Observações:	<ul style="list-style-type: none"> A qualidade de código faz parte da visão dos desenvolvedores, engenheiros, arquitetos e, em alguns casos, analistas e gerentes. Indicadores da qualidade de código incluem: complexidade do código, duplicações de código, tamanho do código, entre outros. Vale ressaltar que a menor qualidade no código está relacionada a uma ocorrência maior de defeitos nas aplicações, que afetarão diretamente a produtividade da equipe de desenvolvimento. Esse indicador será utilizado desde o início do projeto, fazendo com que o código seja desenvolvido dentro de padrões aceitáveis de qualidade.

A CONTRATANTE deverá aferir mensalmente o **Indicador de Satisfação do Dono do Produto (ISP)** com o objetivo de assegurar a qualidade na execução dos processos de entrega dos produtos em termos de satisfação das partes interessadas, segundo critérios pré-estabelecidos:

--	--

Finalidade	Assegurar a qualidade na execução dos processos de entrega dos produtos em termos de satisfação das partes interessadas, segundo critérios pré-estabelecidos.
Meta a cumprir	ISP igual ou superior de 80%.
Forma de acompanhamento	Avaliação periódica junto aos donos de produtos por meio de questionário estruturado baseado em critérios e pontuações previamente definidas.
Periodicidade:	Mensalmente
Instrumentos de medição	Ordem de Serviço e questionários de avaliação do dono do produto, a exemplo do Anexo O
Mecanismo de cálculo (%)	$ISP = 100 * (\Sigma Pafr / \Sigma Ptot)$ <p>Onde:</p> <p>ISP = Indicador de satisfação do Dono de Produto;</p> <p>$\Sigma Pafr$ = Somatório de Pontuação aferida;</p> <p>$\Sigma Ptot$ = Somatório de Pontuação total máxima possível para todos os critérios estabelecidos.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.
Faixas de ajuste:	<p>ISP \geq 80%: sem impacto no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>ISP \geq 70% e $<$ 80%: 2% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>ISP \geq 60% e $<$ 70%: 5% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p> <p>ISP $<$ 60%: 10% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).</p>
Observações:	<ul style="list-style-type: none"> A avaliação dos perfis profissionais será realizada pela equipe de fiscalização e gestão do contrato com o apoio do respectivo dono de produto ou representantes da contratante que acompanharam a execução dos serviços.

A CONTRATANTE deverá aferir mensalmente o **Indicador de Tratamento de Intercorrências(ITI)** com o objetivo de assegurar o atendimento de demandas de manutenção, de acordo com a tabela 4 que consta a Lista de Atividades/Tarefa /Serviço para atendimento à intercorrências.

Finalidade	Garantir o atendimento a intercorrências no prazo estabelecido na tabela 4 no tópico Requisitos Temporais, deste documento.
Meta a cumprir	Resolutividade e/ou Indicação de Resolução do incidente dentro do prazo estabelecido
Forma de acompanhamento	São apuradas a quantidade total de intercorrências abertos no período, a quantidade de intercorrências que foram solucionadas e/ou tiveram indicação de resolução.
Periodicidade	Mensal de acordo com o faturamento corrente.

Mecanismo de cálculo (%)	<p>É feito pelo Total de intercorrências ocorridos no período, subtraído pelo somatório dos intercorrências solucionados no período.</p> <p>IAI = $(Q_t - \Sigma Q_i) * 0,5\%$</p> <p>Onde:</p> <p>ITI = Indicador de Tratamento de intercorrências ;</p> <p>Q_t = Quantidade total de intercorrências ocorridos.</p> <p>ΣQ_i = Quantidade de intercorrências solucionados;</p>
Início da vigência	A partir da abertura do incidente
Glosa	Glosa aplicada = IAI * Valor da Fatura.
Observações	<ul style="list-style-type: none"> Os intercorrências devem iniciar a contagem a partir da formalização da Contratante pelos meios de comunicação estabelecidos nesse Termo de Referência; O Faturamento refere-se ao somatório total do valor a ser faturado pela Contratada no mês corrente, considerando as Ordens de Serviço a serem para o período.

A CONTRATANTE deverá aferir mensalmente o **Indicador de Atendimento de Prazo (IAP)** com o objetivo de assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço, segundo critérios pré-estabelecidos:

Finalidade	Assegurar que os testes serão executados nos prazos estabelecidos na Ordem de Serviço.
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a 90%.
Forma de acompanhamento	É apurada pelos fiscais a quantidade de testes atendidos dentro do prazo máximo estabelecido em relação a quantidade total de testes atendidos no período de referência.
Periodicidade:	Mensal
Instrumentos de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Mecanismo de cálculo (%)	<p>IAP = $100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$</p> <p>Onde:</p> <p>IAP = Indicador de atendimento aos prazos de testes;</p> <p>ΣQ_{tap} = Somatório de Quantidade de testes atendidos no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência;</p> <p>ΣQ_{tr} = Somatório de Quantidade total de testes registrados com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
Início da vigência	A partir da emissão da ordem de serviço.

Faixa de Ajuste	IAP >= 90%: sem impacto sobre o Índice de Satisfação do INEP (ISI) IAP >= 80% e < 90%: 10% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI). IAP >= 70% e < 80%: 20% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI). IAP < 70%: 30% de impacto, especificamente, do indicador no Índice de Satisfação do INEP (ISI).
-----------------	---

O **Indicador de Satisfação do Inep** para análise dos níveis de serviço da CONTRATADA (ISI) será calculado pela fórmula: $ISI = 1 - (FA_IAE * Peso + FA_IPA * Peso + FA_IPP * Peso + FA_IQC * Peso + FA_ISP * Peso + FA_IAP * Peso)$, onde:

- **ISI** = Índice de Satisfação do Inep, com valor máximo igual a 1 (refere-se à 100% de atendimento aos indicadores);
- **FA_IAE** = Faixa de Ajuste do Indicador de Avaliação de Entregas;
- **FA_IPA** = Faixa de Ajuste do Indicador de Produtividade Ágil;
- **FA_IPP** = Faixa de Ajuste do Indicador de avaliação do Perfil Profissional
- **FA_IQC** = Faixa de Ajuste do Indicador de Qualidade de Código.
- **FA_ISP** = Faixa de Ajuste do Indicador de Satisfação do Dono do Produto.
- **FA_IAP** = Faixa de Ajuste do Indicador de Atendimento de Prazo.
- **Peso** para cada indicador estabelecido no tabela com a lista de indicadores acima..

O ISI será calculado com duas casas decimais, seguindo as regras de arredondamento ABNT NBR 5891:1977;

O índice se aplica ao somatório de todas as sprints com entregas previstas para o mês sob apuração.

A remuneração da CONTRATADA vincular-se-á ao **ISI** da seguinte forma:

$0,95 \leq ISI \leq 1$ é a meta a ser alcançada pela CONTRATADA, sem faixa de ajuste;

$0,90 \leq ISI < 0,95$ é a faixa específica de tolerância onde a CONTRATADA sujeitar-se-á à simples notificação. Se reiterado e de forma consecutiva, a faixa de ajuste será aplicada no pagamento na ordem de 5% do valor mensal da OS;

$0,85 \leq ISI < 0,90$ é a faixa de ajuste no pagamento na ordem de 10% do valor mensal da OS;

$0,80 \leq ISI < 0,85$ é a faixa de ajuste no pagamento na ordem de 15% do valor mensal da OS;

$0,75 \leq ISI < 0,80$ é a faixa de ajuste no pagamento na ordem de 20% do valor mensal da OS;

$ISI < 0,75$ é a faixa de ajuste no pagamento na ordem de 25% do valor mensal da OS;

Além do ISI, a Contratante poderá aplicar o Indicador de Tratamento de intercorrências (ITI), conforme estabelecido nesta seção;

A Glosa do Indicador de Tratamento de Intercorrências (ITI), exclusivamente, não poderá ultrapassar 5% do valor do faturamento, não havendo relação com a glosa aplicada no Indicador de Satisfação do Inep (ISI);

A Glosa aplicada com a utilização do ITI será no valor bruto do faturamento da Contratada para o período, não considerando descontos aplicados como impostos, tributos e/ou glosas dos demais indicadores etc;

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado;

Não produzir os resultados acordados;

Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;

Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

Deixar de realizar o atendimento às intercorrências comunicadas;

As Glosas poderão ser aplicadas de forma retroativa, a depender do tempo de apuração em faturamentos futuros;

A utilização do NMS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Ressalte-se que eventual aplicação de sanções dar-se-á sem prejuízo de redimensionamento nos pagamentos efetuados ao fornecedor por conta da aplicação dos níveis de serviço;

Do Recebimento

A qualidade dos serviços será avaliada em função do cumprimento das metas de níveis mínimos de serviço e dos requisitos de qualidade exigidos, para os serviços avaliados em função de indicadores de resultado e cumprimento de obrigações contratuais, sejam elas de ordem técnica ou administrativa, descritos neste Termo de Referência.

O recebimento provisório ficará a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço.

A CONTRATANTE poderá optar por avaliar a qualidade da solução fornecida, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada serviço recebido, para posterior rastreabilidade.

A assinatura do Termo de Recebimento Provisório ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrega dos serviços constantes das Ordens de Serviço.

O recebimento definitivo ficará a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, Fiscal requisitante e Gestor do contrato .

A verificação técnica e a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços efetivamente entregues deverão ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

Será rejeitado, no todo ou em parte, o serviço ou entregável fornecido em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos. Ainda, conforme o art. 119 da Lei 14.133/2021, o CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Não serão aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

Os serviços somente poderão ser atestados e validados quando todos os objetivos propostos forem plenamente atingidos e todos os produtos forem entregues com a qualidade demandada e aprovada pela Equipe de Gestão do Contrato.

A avaliação da qualidade dos produtos de TIC consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir e de outros que possam ser definidos nas Ordens de Serviço e/ou Ordens de Fornecimento de Bens e nos Níveis Mínimos de Serviço, de acordo com a especificidade da demanda. Os produtos, serviços e documentos serão avaliados segundo os critérios de completude, consistência e forma, considerando:

Critério de Completude: serão considerados incompletos os produtos e serviços entregues sem que todos os elementos requeridos estejam presentes;

Critério de Consistência: serão considerados inconsistentes os produtos e serviços entregues com não-conformidades que impeçam o seu uso. São exemplos de não-conformidades impeditivas: as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do produto, bem como inadequações na documentação de natureza funcional;

Critério de Forma: serão considerados desformatados os produtos e documentos entregues com não-conformidades relacionadas à forma, inadequações de natureza estética ou o não uso de modelos e padrões definidos pelo CONTRATANTE, desde que a forma implique prejuízo de informações ou descaracterização do artefato ou serviço; e

Critério de Qualidade: as entregas serão avaliadas com base em sua conformidade com os níveis mínimos de serviço estabelecidos. Entregas que não atingirem o nível mínimo de qualidade serão rejeitadas.

Para subsidiar a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o Contratado deverá apresentar, até o décimo dia do mês, relatório com todas as ordens de serviços executadas e homologadas pela Contratante no mês anterior. A entrega dos relatórios mensais deve ser condição fundamental e necessária para emissão do Termo de Recebimento Provisório. O relatório deverá conter no mínimo:

Número das Ordens de Serviço;

Descrição dos serviços;

Período de execução dos serviços;

Perfis profissionais alocados;

Quantidade de profissionais alocados por perfil e percentual de alocação de cada profissional;

Quando couber, produtividade de cada perfil profissional indicado como desenvolvedor;

Produtos entregues;

Valor total aferido.

Procedimentos de testes e inspeção

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma da legislação vigente.

O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

A verificação da adequação da conformidade dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme legislação vigente.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 104, inciso IV e no artigo 115, da Lei nº 14.133, de 2021.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

Durante a execução do objeto, será monitorado, constantemente, o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a execução do objeto com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	O Contratado ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	O Contratado será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.

4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Multa de até 3% sobre o valor total do Contrato.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 1% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
8	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da Contratante.	O Contratado será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato.
9	Não disponibilizar o(s) profissional(is) que irão atuar em finais de semana planejados para atuação e/ou acompanhamento nos plantões, conforme quantitativos indicados na seção 6	Multa de 1% do valor total de cada perfil profissional definido na seção 6.
10	Não disponibilizar o(s) profissional(is) que irão desempenhar os serviços com os requisitos mínimos de experiência e formação profissional no prazo máximo definido na Ordem de Serviço, salvo quando comprovadamente justificado pelo Contratado e autorizado pela CONTRATANTE.	Multa de 1% do valor total do perfil profissional associado ao serviço objeto da OS por dia corrido de atraso, limitado a 30%.
11	Não cumprir os limites de compartilhamento de profissional previstos na Seção "REQUISITOS DE FORMAÇÃO DA EQUIPE".	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 6% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
12	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 10% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
		Advertência.

13	Preposto não agir em resposta à solicitações da CONTRATANTE no prazo máximo de duas horas estabelecido neste Termo de Referência	Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplicar-se-á multa de 1% do valor referente a parcela mensal apurada do Contrato.
14	Indicador de Avaliação de Entregas ser menor que 55% por mais de 4 (quatro) vezes por ano de contrato, consecutivas ou não;	Multa de 2,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência, possibilitando a inexecução parcial ou total do contrato, acarretando na rescisão do Contrato.
15	Indicador de Produtividade Ágil ser menor que 50% por mais de 4 (quatro) vezes por ano de contrato, consecutivas ou não;	Multa de 2,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência, possibilitando a inexecução parcial ou total do contrato, acarretando na rescisão do Contrato.
16	Indicador de avaliação do Perfil Profissional ser menor que 70% por mais de 4(quatro) vezes por ano de contrato, independente do perfil profissional, consecutivas ou não;	Multa de 1,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência, possibilitando a inexecução parcial ou total do contrato, acarretando na rescisão do Contrato.
17	Indicador de Qualidade de Código ser menor que 50% por mais de 4 (quatro) vezes por ano de contrato, consecutivas ou não;	Multa de 2,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência, possibilitando a inexecução parcial ou total do contrato, acarretando na rescisão do Contrato.
18	Indicador de Satisfação do Dono do Produto ser menor que 60% por mais de 4(quatro) vezes por ano de contrato, consecutivas ou não;	Multa de 2,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência, possibilitando a inexecução parcial ou total do contrato, acarretando na rescisão do Contrato.
19	Indicador de Satisfação do Inep(ISI) ser menor que 80% por mais de 4 (quatro) vezes por ano , consecutivas ou não.	Multa de 2,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência em que o ISI ficou abaixo dos 80%, além de suspensão temporária por 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, possibilitando a inexecução parcial ou na rescisão do Contrato.
20	Indicador de Atendimento de Prazo (IAP) ser menor que 70% por mais de 4(quatro) vezes por ano de contrato, consecutivas ou não.	Multa de 2,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência em que o IAP ficou abaixo dos 80%, possibilitando a inexecução parcial ou total, acarretando na rescisão do Contrato.
21	Deixar de atender, injustificadamente, mais de 20% do total de intercorrências abertas no mês para todos os projetos.	Multa de 2,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência de não atendimento à qualquer intercorrência , possibilitando a inexecução parcial ou total, acarretando na rescisão do Contrato.
22	Caso o resultado apurado do ISI, seja menor que 95%, e que no entanto impossibilite, mesmo que parcialmente, na execução dos exames e censos da Educação Superior e Básica, impactando nas metas e objetivos da Contratante e gerando prejuízos para a sociedade e imagem do órgão.	Multa de 2,0% no faturamento total (de todos os projetos) do mês de ocorrência, possibilitando a inexecução parcial ou total, acarretando na rescisão do Contrato.

Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que contratado:

Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

Deixar de realizar o atendimento às intercorrências comunicadas;

Após a notificação da glosa, o Contratado terá prazo de 10 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade;

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão Contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

A contratada será remunerada pelo serviço prestado no âmbito da Ordem de Serviço de acordo com os profissionais de TI efetivamente alocados no período, observando os níveis mínimos de serviços definidos. O pagamento do serviço estará vinculado ao atendimento dos níveis mínimos de serviço exigidos.

Quando não houver OS aberta, não deverá haver disponibilização de funcionários pela contratada e, consequentemente, não haverá prestação de serviço a ser remunerado.

Os pagamentos dos bens ou serviços constantes das respectivas Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens serão autorizados com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, descontados os valores de eventuais glosas e sanções. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

O pagamento será realizado com base na seguinte fórmula:

- **Faturamento = (OSa-[OSa*FA_ISIa] + OSb-[OSb*FA_ISIb] + ... + OSx-[OSx*FA_ISIx]) - (Faturamento * %IAI)**
= Valor a receber
 - **Faturamento** = Somatório de todas as OSs **descontando** o percentual referente a faixa de glosa do Indicador de Satisfação do Inep, **conforme definidos nesta seção**, para cada OS, descontado também, quando houver, o percentual do Indicador de Tratamento de **intercorrências** sobre Valor do Faturamento;
 - O Indicador de Satisfação do Inep para análise dos níveis de serviço da CONTRATADA (ISI) será calculado pela fórmula: $ISI = 1 - (FA_IAE * \text{Peso} + FA_IPA * \text{Peso} + FA_IPP * \text{Peso} + FA_IQC * \text{Peso} + FA_ISP * \text{Peso})$, conforme estabelecido nesta seção;
 - **ITI = (Qt - ΣQi) * 0,5%;**
 - ITI = Indicador de Tratamento de Intercorrências;
 - **Qt** = Quantidade total de **intercorrências** ocorridos.
 - **ΣQi** = Quantidade de **intercorrências** solucionados
 - O Indicador de Tratamento de **Intercorrências** com regras constantes **no tópico Requisitos Temporais**.
 - Para exemplificação, detalhamos valores simulados abaixo:
 - OSa = R\$40.000,00 ; OSb = R\$20.000,00 ; OSx = R\$30.000,00
 - FA_ISIa = 0,10 ; FA_ISIb = 0,15; FA_ISIc = 0;
 - ITI = 1%
 - Qt = 4
 - ΣQi = 2
 - ITI = (4 - 2) * 0,5 = 1%
 - **Faturamento = (40.000-[40.000*0,10] + 20.000-[20.000*0,15] + 30.000-[30.000*0]) - (90.000,00 * 1%)**
 - **Valor a receber = R\$82.100,00.**

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Deve ser feita a devida retenção da contribuição previdenciária sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

O valor do pagamento pelos serviços será calculado de acordo com a efetiva execução dos serviços, aplicados os descontos relativos ao eventual descumprimento dos níveis de serviço e indicadores de desempenho mínimos, bem como das demais obrigações contratuais.

Não haverá qualquer espécie de bônus, premiação ou pagamento adicional para os casos em que a CONTRATADA supere as metas de níveis de serviço e indicadores de desempenho mínimo exigidos, ou caso seja necessária à alocação de maior número de profissionais previstos e outros recursos para alcançá-las

Antecipação do Pagamento

Não se aplica ao objeto do contrato.

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Dos Critérios de aceitação dos Serviços

Serão considerados entregues os produtos que observem as condições definidas na “DEFINIÇÃO DE PRONTO”, conforme detalhamos a seguir. Cabe registrar que todas as informações abaixo serão controladas e/registradas por ferramenta própria, adotada pelo Inep ou outra a ser indicada:

Para admissibilidade do produto:

1.

Código-fonte submetido ao controle de versões da Contratante;

2.

Existência de testes unitários e do Relatório de Testes;

3.

Existência de arquivo para geração de Build;

4.

Disponibilização de processos prontos para execução na ferramenta de CI/CD adotada, juntamente com a entrega e configuração de containers configurados pela ferramenta orquestração adotada;

5.

Existência de Solicitação de Deploy com Documento de Implantação, conforme modelo disponibilizado pela Contratante;

6.

Existência documentação concluída, de acordo com os padrões de qualidade definidos pela Contratante e validadas pelo demandante.

7.

Resultado da execução de teste SAST indicando ausência de vulnerabilidades de nível HIGH ou CRITICAL, ou equivalente.

Para aceitação da demanda: após realizar a inspeção do produto quanto à sua admissibilidade, o Contratado deverá:

1.

Executar testes funcionais automatizados que tenham sido solicitados e, consequentemente, verificar se estão corretamente implementados ou mesmo se existem, além de observar os resultados da execução;

2.

Executar testes unitários ou verificar relatórios de execução destes que possam envolver porções críticas do produto;

3.

Realizar alguns testes funcionais, pelo menos nos principais fluxos do produto entregue.

Após a realização dos testes, a organização deve proceder a uma das ações a seguir:

1.

Rejeição: caso sejam percebidos defeitos de natureza impeditiva em alguma história implementada ou não tenha coberto o escopo planejado de tal forma que a entrega não seja passível de aceitação;

2.

Aceitação parcial: caso a demanda possua alguns defeitos significativos de natureza não-impeditiva ou não tenha coberto o escopo planejado de tal forma que ainda seja passível de aceitação;

3.

Aceitação integral: caso a demanda esteja em nível de qualidade tal que não sejam percebidos defeitos significativos, bem como envolva cumprimento do escopo planejado.

O Contratado deve registrar todos os aspectos relevantes. Os defeitos percebidos nos casos de rejeição ou aceitação parcial da sprint devem fazer parte de um item de backlog da próxima sprint.

No que couber, a Contratante aferirá a quantidade de Pontos de Função efetivamente executados. Em caso de divergência, prevalecerão as contagens de PF realizadas pela Contratante.

No que couber, a aferição do quantitativo de Pontos de Função realizado pela Contratada e de acordo com as metas de produtividade deverá:

Observar as regras de contagem constantes do Roteiro de Métricas do SISP e SFP Counting Practices Manual by International Function Point Users Group (IFPUG) e suas atualizações;

Quando couber, a contagem de Pontos de Função referente à produtividade do time deve ser realizada e assinada por especialista da CONTRATADA, certificado em Ponto de Função pelo Internacional Function Point Users' Group(IFPUG). A contagem e a

certificação poderá ser validada pela Equipe Técnica do Inep, a qualquer tempo. Não será obrigatório que o especialista da CONTRATADA esteja ocupando um dos postos de trabalho previstos no contrato.

Desconsiderar para efeitos de contabilização da contagem os refinamentos de mesma funcionalidade realizados em diferentes sprints no contexto de uma mesma release;

Metas de Produtividade

A produtividade será aferida por meio de metas de produtividade em Tamanho Funcional ou em Linhas de Código, prevista em cada Ordem de Serviço a critério da CONTRATANTE, observando a produtividade mínima a seguir:

Produtividade mínima em Linhas de código: 33,33 Linhas de Código por dia, exclusivamente, para o perfil desenvolvedor;

- Para calcular a Produtividade realizada no período (Pr) em linhas de código deve-se considerar a quantidade de linhas de código alteradas no software no período de aferição, com apoio de ferramenta. É considerada linha de código alterada uma nova linha inserida ou uma linha existente que foi modificada. Não serão contabilizadas linhas removidas, linhas em branco, linhas de comentários e alterações com intuito de somente aumentar artificialmente o número de linhas.
- A critério da Contratante, as linhas removidas e/ou comentadas poderão ser contabilizadas quando estas forem alterações que foram demandadas para atender necessidade negocial.

Produtividade mínima em Tamanho Funcional: 0,58 pontos de função por dia, exclusivamente, para o perfil desenvolvedor;

- Para calcular a Produtividade realizada no período (Pr) em tamanho funcional deve-se calcular o quantitativo de pontos de função desenvolvidos e/ou mantidos no período conforme roteiro de métricas do SISP. Serão considerados processos elementares e/ou arquivo lógicos criados ou alterados. Não serão considerados para efeitos desses indicadores apurações especiais, conversões de métricas ou outras contabilizações que não resulte na criação ou alteração de processos elementares e/ou arquivo lógicos.

A produtividade será estabelecida em termos de dias de efetiva ocupação dos profissionais alocados;

O descumprimento das metas de produtividade, descritas nesta seção, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência (Seção: Sanções Administrativas e Procedimentos para Retenção ou Glosa no Pagamento), salvo situações justificadas pelo Contratado e aceitas pela Contratante.

9. Reajuste

Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI.

10. Forma e Critérios Seleção do Fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global do grupo.

A seleção por meio do pregão eletrônico com critério de menor preço é uma prática que promove transparência, igualdade entre os concorrentes e busca a eficiência dos gastos públicos. Essa modalidade agiliza o processo, reduz custos operacionais e amplia a competitividade, permitindo que a administração pública adquira bens e serviços com o melhor custo-benefício, sempre assegurando que a proposta vencedora atenda aos requisitos técnicos estabelecidos.

De forma a fornecer os insumos para que a análise de exequibilidade da proposta possa ser feita, a LICITANTE deverá apresentar uma Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO H) junto com a Proposta de Preços (ANEXO B), conforme memória de cálculo e metodologia discriminada no item "Exequibilidade da Proposta".

Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços e/ou fornecimento de bens relativos a esta contratação. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

Regime de Execução

O regime da execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, forma pela qual a Administração Pública contrata com terceiros a realização serviço ou fornecimento de bens por preço certo e total. O tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO GLOBAL para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação.

Entendida como uma técnica de gestão administrativa, a execução indireta (ou terceirização) possibilita em que atividades não essenciais (auxiliares, instrumentais ou acessórias) sejam transferidas para um prestador especializado ao passo que possibilita à Administração implementar medidas de eficiência administrativa e foco em suas atividades finalísticas.

Pelo fato do objeto se caracterizar como bem comum, uma vez que a caracterização dos produtos, de seus padrões de desempenho e qualidade, enseja definições objetivas com base em especificações de serviços de mercado, e, considerando o valor da contratação, recomenda-se que seja adotada a modalidade de pregão eletrônico para esta contratação. Entende-se que a contratação atende aos requisitos previstos no art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021.

Da Aplicação da Margem de Preferência

Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Os serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de softwares são prestados predominantemente por empresas brasileiras situadas no Brasil, uma vez que o processo de desenvolvimento de software para órgãos públicos requer a iteração e o mapeamento de necessidades de negócio de cada órgão ou entidade, ou seja, demanda das empresas profissionais brasileiros que possua as competências previstas neste Instrumento convocatório. Dessa forma, não se aplica para o presente objeto a necessidade do estabelecimento de margens de preferência.

Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo P deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

A Licitante deverá apresentar, para fins de habilitação técnica dos serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação:

Ter executado, com qualidade, serviços de concepção, projeto, desenvolvimento, testes unitários, testes funcionais, implantação e documentação de sistema(s) de informação;

Ter adotado nos projetos práticas ágeis (Métodos ágeis de desenvolvimento de software) aplicando pelo menos uma das seguintes técnicas/modelos/frameworks: "eXtreme Programming" (XP), "Scrum", "Feature Driven Development" (FDD), "Kanban"; "Test Driven Development (TDD)";

Ter adotado as seguintes práticas e artefatos, ou equivalentes, nos projetos: "Backlog do produto", "Planejamento de entregas (release plan)", "Planejamento de iterações por sprints", "Burndown ou Burnup",

Ter contabilizado, por período de 12 (doze) meses, no mínimo 9.579 pontos de função implementados ou no mínimo 60.967 unidades de serviço técnicos executados relativos a Novo desenvolvimento/ Evolução/ (Re)desenvolvimento;

Ter contabilizado, por período de 12 (doze) meses, no mínimo 3.654 pontos de função implementados ou no mínimo 18.687 unidades de serviço técnicos executados relativos a sustentação;

Ter aplicado técnicas de gestão de qualidade em processos de desenvolvimento de software com metodologias ágeis;

Ter realizado testes em projetos e sustentação de sistemas, no mínimo, nas seguintes linguagens: JAVA e PHP;

Ter realizado testes automatizados, testes funcionais, testes de carga ou stress e testes de regressão;

Ter realizado testes em sistemas que utilizam integração contínua;

Ter realizado serviços de revisão de código (code review), nas seguintes linguagens: JAVA, PHP;

Ter contabilizado, por período de 12 (doze) meses, no mínimo 31 perfis profissionais, distribuídos dentre os perfis deste Termos de Referência, efetivamente alocados ou 40 horas semanais por perfil;

Emitir declaração de Ciência e Concordância com os requisitos temporais constantes neste Termo de Referência, especificamente o item 4.60

Não serão considerados compatíveis com o objeto licitado, serviços de:

Helpdesk, service desk, contact center ou outras formas de suporte de infraestrutura, microinformática;

Mero fornecimento de mão de obra não especializada;

Suporte técnico no formato de outsourcing;

Suporte a infraestrutura de TI, seja em rede, segurança, servidores de aplicação e administração de banco de dados;

Administração de sistemas, operações ou infraestrutura.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

No caso de comprovação de pontos de função por equivalência em horas de prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, utilizar-se-á como base de cálculo a equivalência de 10 H/PF (dez horas por ponto de função), conforme disposto na Portaria SGD/MGI 750, de 2023.

Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da licitante as empresas por ela controladas ou suas controladoras, ou que exista pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente do atestado e da licitante.

Os atestados e documentos apresentados poderão ser diligenciados pela Contratante, com a finalidade de verificar a veracidade das informações constantes nos mesmos. Nesse procedimento poderão ser exigidos todos os insumos (ajustes, ordens de serviço, ordens de pagamento, notas fiscais, termos de aceite, planilhas, relatórios, gráficos, documentação de sistemas e ambiente operacional, sistemas informatizados, base de dados, controle de versão e outros) que comprovem a veracidade do conteúdo dos atestados. Caso seja constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados, o atestado será desconsiderado. Caso fique caracterizada atitude inidônea da licitante, essa será desclassificada deste certame e estará sujeita às penalidades previstas em lei.

A Documentação Técnica deverá ser encaminhada preferencialmente em formato digital.

A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, endereço atual da licitante e local em que foram prestados os serviços.

De forma a fornecer os insumos para que a análise de exequibilidade da proposta possa ser feita, a LICITANTE deverá apresentar uma Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO H) junto com a Proposta de Preços (ANEXO B), conforme memória de cálculo e metodologia discriminada no item "EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA".

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022;

Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

O(s) profissional(is) indicado(s) a participar nos serviços constantes neste TR, será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Considerando as características do objeto, não será admitida a participação de consórcios e cooperativas.

4.2.1. É vedada também a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio ou cooperativas para participação do certame da presente contratação.

11. Exequibilidade da Proposta

Conforme Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

De forma a fornecer os insumos para que a análise de exequibilidade da proposta possa ser feita, a LICITANTE deverá apresentar uma Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO XIII) junto com a Proposta de Preços (ANEXO V), conforme memória de cálculo e metodologia discriminada no item "Da Análise da Exequibilidade da Proposta".

A Planilha de Custos e Formação de Preços citada no item anterior possui natureza declaratória, devendo a licitante efetuar as alterações que julgar necessárias, já que as planilhas de formação de preço têm caráter informativo e servirão para demonstrar capacidade e possíveis variações de custos / insumos no curso da execução contratual.

Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços e/ou fornecimento de bens relativos à esta contratação. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

A planilha deverá conter o cálculo do custo mensal por time ágil, construído a partir do custo mensal dos perfis profissionais exigidos na contratação.

Os itens da planilha que estiverem em branco ou declarados com valor zero serão desconsiderados como elemento de formação dos custos e, como consequência, não caberá alegação futura envolvendo tais itens. Os efeitos financeiros negativos decorrentes dessa desconsideração terão que ser absorvidos pelos demais itens da Planilha, desde que não se configure a corrosão da exequibilidade da proposta.

11.7. A proposta será objeto de diligência detalhada sobre a análise da planilha de composição de preço, quando forem detectados, por exemplo:

valores salariais abaixo da remuneração mínima aceitável definida nessa seção; ou

valor total da proposta de preço for inferior a 70% (setenta por cento) do preço estimado neste Termo de Referência.

Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecuibilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados pelo Contratado e especificados neste Edital, anexos e encartes, a licitante será desclassificada e será então convocado o próximo licitante, respeitada a ordem de classificação do Pregão.

Na diligência será verificado se a empresa pratica os salários declarados em contratos que possuam aferição de produtividade e vinculação ao alcance de resultados.

A versão eletrônica da Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO XIII) será disponibilizada para a LICITANTE juntamente com o edital. A empresa LICITANTE deve seguir as instruções de preenchimento desta seção e as constantes na planilha.

A análise considerará os salários de referência dos perfis que integram a composição de perfis profissionais para cada lote para avaliar a exequibilidade da proposta baseada no pagamento por Alocação de Profissionais de TI.

Considera-se como remuneração mínima aceitável, os salários de referência dos perfis que integram a composição mínima da equipe ágil, o Mapa de Pesquisa Salarial de Referência para serviços de desenvolvimento e manutenção de software, Anexo II da Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, relacionados a seguir:

Cód. Identificação do Perfil	Descrição do Perfil	Valor Salarial (R\$)
ARQSOF-01	Arquiteto de Software – Pleno	R\$ 12.073,70
ARQSOF-02	Arquiteto de Software – Sênior	R\$ 18.084,53

ATQ-02	Analista de Testes/Qualidade – Pleno	R\$ 7.795,75
ATQ-03	Analista de Testes/Qualidade – Sênior	R\$ 11.081,16
DESENV-02	Desenvolvedor de Software – Pleno	R\$ 10.677,45
DESENV-03	Desenvolvedor de Software – Sênior	R\$ 14.016,77
ANR-02	Analista de Negócios/Requisitos Pleno	R\$ 8.744,98
ANR-03	Analista de Negócios/Requisitos Sênior	R\$ 11.227,93
LDESENV	Líder Técnico de Desenvolvimento	R\$ 15.901,68
SCRUM	Scrum Master	R\$ 11.732,20
GEPRO	Gerente de projetos de TI	R\$ 13.949,62

Visando prover critérios de aceitação dos preços, define-se que os preços máximos admitidos são aqueles fixados na seção "Estimativa De Preços Da Contratação".

Cabe à Administração a faculdade de promover verificações, através de pedido de esclarecimentos, apresentação de documentações complementares ou por meio de diligências necessárias.

Configura-se presunção relativa de inexecutabilidade, ou seja, propostas POTENCIALMENTE INEXEQUÍVEIS, aquelas que se enquadrem em uma ou mais condições a seguir:

quando forem detectados valores salariais inferiores aos valores constantes da Tabela do subitem 11.12 de remuneração mínima aceitável;

quando for adotado um Fator K inferior a 1, na razão entre o custo do profissional proposto pela LICITANTE e o respectivo valor do salário do profissional constantes da Tabela do subitem de remuneração mínima aceitável;

Havendo indício de inexecutabilidade e/ou identificadas inconsistências nos cálculos do Demonstrativo de Custos e Formação de Preços da proposta, serão instauradas tantas diligências quantas forem necessárias para que as LICITANTES ofertantes possam comprovar sua executabilidade e/ou para que as áreas competentes tenham segurança suficiente para decidir por sua classificação ou desclassificação.

Para comprovar executabilidade, as LICITANTES deverão apresentar justificativas fundamentadas em arcabouço documental que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com sua estrutura de custos e despesas necessárias à completa execução do objeto contratual, sendo garantido tratamento sigiloso aos documentos apresentados (se assim a legislação exigir).

Meras alegações sem base documental não constituirão elementos capazes de comprovar a executabilidade.

São exemplos de documentações complementares que poderão ser solicitadas das LICITANTES para embasar a análise de executabilidade e/ou inexecutabilidade dos preços ofertados:

CONTRATO(S) e FATURA(S) com objetos e preços compatíveis aos ofertados pelas LICITANTES para a presente contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declaração(ões) de Contratantes que comprovem indubitavelmente ou de forma inequívoca a execução do objeto;

MEMÓRIAS DE CÁLCULO, registros profissionais ou evidências documentais que comprovem a viabilidade do valor ofertado, baseando-se, primariamente, nos parâmetros de custos de insumos, salários, incidência de custos indiretos, tributos e lucro.

Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecuibilidade do preço proposto, considerando os padrões de qualidade esperados pela Contratante e especificados neste Termo de Referência e anexos, a LICITANTE será desclassificada e será então convocada a próxima licitante, respeitada a ordem de classificação do Pregão.

A versão eletrônica da Planilha de Custos e Formação de Preços (ANEXO H) será disponibilizada para a LICITANTE juntamente com o edital. A empresa LICITANTE deve seguir as instruções de preenchimento desta seção e as constantes na planilha.

A análise considerará os salários de referência dos perfis que integram a composição de perfis profissionais para cada lote para avaliar a exequibilidade da proposta baseada no pagamento por Alocação de Profissionais de TI.

Todas as informações fornecidas estarão sujeitas a diligências nos termos da lei.

12. Estimativas do Valor da Contratação

A estimativa de preço da contratação foi realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação alinhado ao art. 6º da Portaria SGD/ME nº 750/2023. Cumpre informar que a estimativa está em conformidade com os procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Vale destacar que atualmente, os serviços que são objetos deste TR são baseados na Portaria SGD/MGI nº 750/ 2023, que estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal. A referida portaria contém uma lista de salários e fator-k de referência e está de acordo com o que estabelece o § 1º do art. 6º. Nesse sentido, a presente pesquisa seguiu os valores de referência da referida portaria já que os perfis profissionais aqui utilizados estão de acordo com a Portaria nº 750/2023:

1º Os valores constantes no Anexo II cumprem o disposto na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, para fins de pesquisa de preços das contratações que utilizarem os perfis profissionais e insumos do referido Anexo.

GRUPO	ITEM	ITEM	CATSER	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (A) (com o fator K)	QUANTIDADE ESTIMADO (B)	CUSTO MENSAL DA QUANTIDADE ESTIMADA (CM = A x B)	VALOR TOTAL ESTIMADO (anual) (VT = CM x12)
	1	ARQSOF-01 - Arquiteto de Softwares – Pleno		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 23.422,98	3	R\$70.268,94	R\$843.227,28
	2	ARQSOF-02 - Arquiteto de Softwares – Sênior		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 35.083,99	7	R\$245.587,93	R\$2.947.055,16
	3	DESENV-02 - Desenvolvedor de Software – Pleno		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 20.714,25	20	R\$414.285,00	R\$4.971.420,00

1	4	DESENV-03 - Desenvolvedor de Software – Sênior	30001	Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 27.192,53	25	R\$679.813,25	R\$8.157.759,00
	5	ANR-02 - Analista de Negócios/Requisitos Pleno		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 16.965,26	5	R\$84.826,30	R\$1.017.915,60
	6	ANR-03 - Analista de Negócios/Requisitos Sênior		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 21.782,18	5	R\$108.910,90	R\$1.306.930,80
	7	LDESENV - Líder Técnico de Desnvolvimento		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$30.849,25	2	R\$61.698,50	R\$740.382,00
	8	SCRUM - Scrum Master		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$22.760,46	2	R\$45.520,92	R\$546.251,04
	9	GEPRO - Gerente de projetos de tecnologia da informação		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 27.062,26	8	R\$216.498,08	R\$2.597.976,96
	10	ATQ-02 - Analista de Testes/Qualidade – Pleno		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 15.123,76	3	R\$45.371,28	R\$544.455,36
	11	ATQ-03 - Analista de Testes/Qualidade – Sênior		Perfis Profissionais Alocados - PPA	R\$ 21.497,45	4	R\$85.989,80	R\$1.031.877,60
TOTAIS					84	R\$2.058.770,90	R\$24.705.250,80	

Com base nas metodologia de cálculo aplicada, a equipe de planejamento da contratação estima que o valor máximo admitido para esta contratação, para quantidade estimada máxima, será de **R\$ 2.058.770,90 (dois milhões, cinquenta e oito mil setecentos e setecentos e setenta reais e noventa centavos)**. Já o custo da quantidade máxima anual da contratação é de **R\$ 24.705.250,80** (vinte e quatro milhões, setecentos e cinco mil duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos) .

13. Adequação Orçamentária

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2024, a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), seguem detalhados abaixo.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 153978;

Fonte de Recursos: 1000;

Programa de Trabalho: 0032 2000 - Administração da Unidade;

Elemento de Despesa: 339040 e 449040;

Plano Interno: VII17N3582N;

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Estimativa de impacto econômico-financeiro

EVENTO	PRAZO ESTIMADO	PERCENTUAL A SER PAGO
Assinatura do Contrato	Dia D	0% (zero por cento)
Publicar portaria de fiscalização do contrato	Dia D0: D + prazo decorrido na área administrativa do INEP	0% (zero por cento)
Indicação de preposto do contrato	Dia D1: D + até 10 (dez) dias	0% (zero por cento)
Reunião Inicial	Dia D2: Dia D0 + até 10 (dez) dias	0% (zero por cento)
Emissão da Ordem de Serviço - OS	Dia D3: Dia D0 + até 10 (dez) dias	0% (zero por cento)
Início da prestação dos serviços de monitoramento ativo	Dia D4: Dia D0 + até 10 (dez) dias	0% (zero por cento)
Entrega dos serviços executados no mês anterior	Dia D5: Até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços	0% (zero por cento)
Termo de Recebimento Provisório da OS	Dia D6: Dia D5	0% (zero por cento)
Termo de Recebimento Definitivo da OS	Dia D7: Dia 5 + até 15 (quinze) dias	0% (zero por cento)
Autorização para o faturamento por parte do Gestor do Contrato	Dia D8: Dia 07 + até 5(cinco) dias	0% (zero por cento)

Entrega da nota fiscal/fatura à Contratante pela Contratada	Dia D9: Dia 7 + até 10 (dez) dias	0% (zero por cento)
Pagamento da Nota Fiscal entregue	Dia D10: Dia D09 + até 30 (trinta) dias	100% (cem por cento) do valor mensal com o desconto das respectivas glosas, se houver

Cronograma físico-financeiro

O pagamento será realizado em parcelas mensais, após a entrega e validação dos serviços.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE EDUARDO DA COSTA SOARES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 08/05/2024 às 14:20:09.

ROBERTO SANTOS MENDES

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 08/05/2024 às 15:40:52.

PAULO SERGIO DA SILVA CAETANO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 08/05/2024 às 14:57:27.

ROBERT LASSANCE CARVALHO BRAGA

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 09/05/2024 às 19:47:48.

FERNANDO SZIMANSKI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 08/05/2024 às 14:35:19.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Arquitetura de Sistemas INEP.zip (1.15 MB)
- Anexo II - ANEXOS TR.docx (92.73 KB)